AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 35 | Nº 12 | DEZEMBRO 2015 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV EESP
CENTRO DE ESTUDOS DO AGRONEGÓCIO



RENTABILIDADE NA SAFRA 2015/16

SOJA APENAS O DÓLAR PODE ELEVAR O LUCRO

MILHO É GRANDE O RISCO DE PREJUÍZO

COOXUPÉ A IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE DE SOLO PARA A PRODUTIVIDADE

ECONOMIA CENÁRIO PARA 2016

35 Anos AGROANALYSIS

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Heitor Chagas de Oliveira, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Marcus Antonio de Souza Faver, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: Cesar Camacho, José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Redator: Paulo Roque
Capa: Fernanda Carvalho Macedo
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

TEMPO DE BAIXA MOTIVAÇÃO

O ANO de 2015 mostrou-se relativamente "perdido" em termos macroeconômicos. O ajuste fiscal prometido pelo Governo não se concretizou, e, assim, o resultado primário das contas públicas será pior do que o de 2014. Existem desconfianças e incertezas na economia. Essa percepção condicionou o rebaixamento da classificação de risco promovido pela Standard & Poor's e esteve na raiz da depreciação do real frente ao dólar, ocorrida ao longo de 2015. Chegaremos a 2016 com a inflação, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), em torno de 10% no acumulado de doze meses.

Esse cenário pessimista é amparado no plano político, sem uma perspectiva para promover o realinhamento entre os poderes Executivo e Legislativo. Enquanto isso não ocorre, permanece distante o desenho de uma proposta que viabilize a adoção de um conjunto mínimo de medidas para reforçar os fundamentos macroeconômicos brasileiros. Assim, o primeiro semestre de 2016 ainda deverá ser marcado por um ritmo de pressão da inflação. A política monetária só deverá dar indicadores de flexibilidade caso a inflação se reverta para baixo. Algum alento só deverá vir no segundo semestre.

Na entrevista deste mês, Mário Lanznaster, presidente da Cooperativa Central Aurora Alimentos, o terceiro maior conglomerado industrial do setor de carnes do Brasil, reforça essa situação de baixo otimismo interno. O cooperativista é o exemplo do baixo nível de confiança existente no cenário empresarial, apesar de operar em um dos poucos setores da economia nacional que ainda possui vitalidade para crescer: o agronegócio. Para 2016, a grande preocupação com o aumento dos impostos deve fazer as cooperativas caminharem com muita cautela e muito planejamento.

Nas cadeias produtivas, seja de cana-de-açúcar, café, soja, milho, aves ou suínos, a preocupação central é a evolução dos custos de produção. Os impactos dos ajustes nas tarifas de energia elétrica e nos preços dos combustíveis foram imediatos. Já a repercussão da desvalorização do real frente ao dólar, com peso sobre os fertilizantes e os defensivos, acontece durante um período mais longo. A referência do dólar para a formação dos custos começou com R$ 2,50, no primeiro trimestre, e atingiu R$ 4,00, no último trimestre do ano.

Nesse contexto, para a safra 2015/16, o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) estima um custo médio por hectare de R$ 3.591,26, na soja, e de R$ 2.412,63, no milho 2ª safra. Em comparação com a safra 2014/15, estes valores representam um aumento de, respectivamente, 33,1% e 27,4%. O cenário é incerto com relação a seus preços, mas as simulações apontam para uma rentabilidade média de 1,1% para a soja e projetam prejuízo para o milho.

A indústria sucroenergética brasileira, desde a o final da segunda metade da década passada, entrou em longo período de crise – políticas públicas equivocadas de controle do preço da gasolina penalizaram a rentabilidade das usinas produtoras de etanol. Quase 10% das 443 usinas existentes no País desativaram suas operações. Neste segundo semestre, o panorama econômico do setor sinaliza para uma nova configuração: o Governo promove

um ajustamento nos preços dos combustíveis, e há um déficit mundial entre a oferta e a demanda de açúcar.

Na discussão sobre a sustentabilidade da produção agropecuária, recentemente inseriu-se mais um tema relevante: a relação da apicultura com a agricultura. As abelhas são consideradas agentes indispensáveis para a polinização das plantas. A retirada das coberturas vegetais naturais dos solos impactou diretamente a convivência destas espécies com o meio ambiente. Nos Estados Unidos e na Europa, cresce a preocupação com o desaparecimento e a redução das populações destes insetos. No Brasil, os levantamentos de campo começam a ser feitos por diversas instituições e, em breve, as primeiras informações virão à tona.

A cadeia produtiva do café é o foco do Caderno Especial deste mês. O conteúdo é desenvolvido em parceria com o Conselho Nacional do Café (CNC) – parceria esta já em seu décimo aniversário. O ano de 2015 ficará marcado como de desafios e conquistas para o setor. A disponibilidade de recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) foi recorde. Mais dotações estão sendo pleiteadas para 2016. Depois de duas estiagens graves nos últimos dois anos, os cafezais requerem mais investimentos para se recuperarem, enquanto os preços dos insumos são pressionados pela desvalorização do real frente ao dólar.

Como mostram os produtores da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), conhecer as necessidades da lavoura é muito importante para melhorar a produtividade do café – e, consequentemente, o resultado da atividade. A partir dos resultados das análises laboratoriais de solo e folha, os produtores conseguem ter uma visão clara sobre os cuidados necessários para alcançar uma boa produção, gerenciando as quantidades corretas de insumos para a correção do solo.

A equipe da ***Agroanalysis*** deseja a todos um Natal de paz e 2016 com dias melhores. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 ENTREVISTA
MÁRIO LANZNASTER
O ANO DE 2015 FOI DESPERDIÇADO

11 FRASES & COMENTÁRIOS

12 CAPA MACROECONOMIA
CENÁRIO ECONÔMICO PARA 2016

14 AGRODROPS

16 MERCADO & NEGÓCIOS

16 BIODIESEL DE SOJA
BONS RESULTADOS DE INCLUSÃO SOCIAL

18 CAPA SOJA E MILHO NO MATO GROSSO
MARGENS MAIS APERTADAS

22 CONTEÚDO ESPECIAL

22 ESPECIAL CNC
CADEIA PRODUTIVA DA CAFEICULTURA

31 ESPECIAL ANDEF
FÓRUM INOVAÇÃO, AGRICULTURA E ALIMENTOS

34 ESPECIAL CANAPLAN
2ª REUNIÃO CANAPLAN 2015

40 ESPECIAL ABICS
A NAÇÃO DO CAFÉ TAMBÉM É A NAÇÃO DO CAFÉ SOLÚVEL

42 CAPA ESPECIAL COOXUPÉ
ANÁLISES LABORATORIAIS DE SOLO E FOLHA MELHORAM QUALIDADE DO CAFEEIRO

44 ESPECIAL BAYER
CONEXÕES PARA O FUTURO DO AGRONEGÓCIO

47 ESPECIAL SINDIVEG
3º WORKSHOP RELAÇÃO MAIS PRODUTIVA AGRICULTURA & APICULTURA

48 ESPECIAL CITRUSBR
DESAFIOS DO MERCADO AMERICANO

49 ESPECIAL ANDEF
O PERIGO MORA AO LADO

50 COLUNAS

50 DIÁRIO DE BORDO
ATÉ QUANDO?

51 PRODUZIR
BILHÕES PARA A CONCORRÊNCIA

52 OPINIÃO
NOSSA SUSTENTÁVEL AGRICULTURA

53 REFLEXÃO
MUDANÇA

54 ESTATÍSTICA

O ANO DE 2015 FOI DESPERDIÇADO

MÁRIO LANZNASTER

PRESIDENTE DA COOPERATIVA CENTRAL AURORA ALIMENTOS

POR PAULO ROQUE

Para Mário Lanznaster, infelizmente, a situação do Brasil não é boa: "a economia está paralisada, e a inflação não cessa de subir". Segundo o presidente da Aurora, "o retorno do processo inflacionário e o desemprego desorganizam a economia, acabam com o dinamismo econômico e reduzem o consumo, situação que perturba o desempenho das empresas". Porém, destaca que as cooperativas caminham com cautela, muito planejamento, muita leitura e interpretação do ambiente externo, mas, também, com fé e determinação.

A Cooperativa Central Aurora Alimentos – o terceiro maior conglomerado industrial do setor de carnes do Brasil – chegou aos 46 anos de fundação com uma marca formidável: tornou-se uma comunidade produtiva formada por mais de 100 mil famílias, espalhada por quinhentos municípios brasileiros. Neste cálculo, estão os 26.000 colaboradores diretos da Aurora, as 70.670 famílias rurais cooperadas que formam a base produtiva no campo e os 8.951 colaboradores das treze cooperativas agropecuárias que a constituem, totalizando 105.621 famílias.

Crescimento e expansão marcam as últimas décadas da cooperativa, que obteve, em 2014, o maior faturamento e o melhor resultado líquido de seus 46 anos de história: com crescimento de 18%, a receita operacional bruta chegou a R$ 6,7 bilhões, enquanto as sobras inflaram 38% e atingiram R$ 417,9 milhões. Com uma margem líquida de 6,83%, a cooperativa respondeu por um dos melhores desempenhos do mercado brasileiro de proteína animal. A receita total teve 80% obtidos no mercado doméstico e 20% nas vendas externas.



> “O DESEMPREGO DEVORA MAIS DE 1 MILHÃO DE POSTOS DE TRABALHO.”

AGROANALYSIS: QUAIS FORAM OS MAIORES DESAFIOS DA AURORA NESTE DIFÍCIL EXERCÍCIO DE 2015?

MÁRIO LANZNASTER : Um dos maiores desafios foi a elevação dos custos de produção. O comportamento do câmbio determinou severo aumento de importantes insumos, como o milho e o farelo de soja, utilizados na nutrição animal. Assim, os custos da produção de aves e suínos cresceram. Agrava esse quadro o encarecimento da energia elétrica e dos combustíveis. Infelizmente, a situação não é boa: a economia está paralisada, e a inflação não cessa de subir. O desemprego devora mais de 1 milhão de postos de trabalho. O consumo não cresce, enquanto a produção não avança. O nível de confiança do empresário está muito baixo para investir. O consumidor está em pânico.

A DESVALORIZAÇÃO DO REAL FACILITOU AS VENDAS EXTERNAS DA COOPERATIVA?

ML: Isso é muito relativo, porque, nas ocasiões em que há forte apreciação do dólar, os importadores rediscutem o valor de cada novo embarque. Por outro lado, os custos internos de produção sobem, em razão de muitos insumos serem cotados em dólar, como milho e farelo de soja, sem falar nos itens importados, como tripas, máquinas e equipamentos.

PARA 2016, AS DIFICULDADES ECONÔMICAS DO PAÍS AMENIZAM OU AUMENTAM?

ML: Só aumentam. O retorno do processo inflacionário e o desemprego desorganizam a economia, acabam com o dinamismo econômico e reduzem o consumo, situação que perturba o desempenho das empresas. Aliam-se a isso as péssimas condições da infraestrutura de produção, transporte e logística. A situação de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias encarece o processo produtivo. Iniciamos 2015 com as terríveis revelações sobre a extensão e a gravidade da irresponsabilidade fiscal do governo federal. O ano foi desperdiçado.

Literalmente, para vencer as eleições de 2014, a administração federal levou o País a uma situação de bancarrota. Gastou mais do que podia, do que tinha e do que estava autorizado a gastar. Para ganhar a simpatia da sociedade e os votos dos eleitores, o Governo adotou uma gestão temerária nas tarifas de energia elétrica, gás, combustíveis e outros preços administrados. Uma febre alienante acomete os altos escalões da República, que parecem desconhecer ou ignorar o drama dos milhões de desempregados, de micro e pequenos empresários que fecharam as portas, de famílias desassistidas e de municípios em crise pelo fechamento de médias e grandes indústrias.

DÁ PARA TRAÇAR PLANOS DE CRESCIMENTO E EXPANSÃO NO CURTO PRAZO?

ML: Fica difícil. A Aurora fez grandes investimentos neste ano, que somam R$ 0,5 bilhão. Fizemos a compra da planta industrial de suínos da Chapecó Alimentos, em Chapecó-SC, e da planta de aves da COCARI, em Mandaguari-PR, além da ampliação da planta de suínos de São Gabriel do Oeste-MS. Nos próximos anos, não faremos novos investimentos.

DE UM MODO GERAL, O SISTEMA COOPERATIVISTA CAMINHA COM SEGURANÇA NOS NEGÓCIOS?

ML: Com fé e determinação, as cooperativas caminham com cautela e muito planejamento. Há necessidade de uma acurada leitura e interpretação do ambiente externo. Os efeitos deletérios desse quadro patológico da economia brasileira afetam diretamente não só as cooperativas, mas todas as empresas mercantis do País. Como pertencem a

milhares de associados/cooperados, as organizações de natureza cooperativista requerem taxa zero de erros em sua gestão. Em um quadro caótico assim, seria de se esperar que Governo e Congresso arregaçassem as mangas e trabalhassem unidos pelo objetivo comum de retirar o País do fosso em que se encontra. Estarrecida, a sociedade assiste à conjugação da incompetência e da omissão de governantes e parlamentares.

O APERTO MAIOR FOI A ESCASSEZ DE CRÉDITO OU A SUBIDA DA TAXA DE JUROS?

ML: Temos um endividamento relativamente pequeno, mas, com certeza, a alta dos juros foi um complicador neste ano. Diríamos que o maior aperto é a falta de perspectivas. Chegamos ao fim do ano com o programa de ajuste fiscal do Governo ainda não aprovado. Efetivamente, não há nenhuma medida concreta adotada para colocar a economia nacional nos trilhos. Sequer medidas de redução de despesas foram implementadas. A única linguagem entendida pelo Governo é aumentar os impostos.

PODEMOS CONSIDERAR SATISFATÓRIOS OS CENÁRIOS DAS CADEIAS PRODUTIVAS DE AVES E SUÍNOS?

ML: Sim. A situação é satisfatória, mas não tranquila. Estas cadeias produtivas não repetirão os bons resultados de 2014, mas ainda teremos um resultado razoavelmente bom em 2015. Porém, em 2016, sentiremos saudades deste ano. A crescente deterioração do ambiente de negócios nos preocupa. As faixas de resultados estreitam-se rapidamente. O consumo interno está caindo em face do desemprego e da inflação. Há nuvens negras no horizonte...

O CUSTO DE PRODUÇÃO PRESSIONADO EM DÓLAR PARA A SAFRA 2015/16 PREOCUPA?

ML: Preocupa, sim. A taxa cambial pressiona os custos para a próxima safra, mas não é só isso. Os custos administrados do Governo fazem muito estrago, como energia e combustíveis.

O AGRONEGÓCIO CONTINUA COMO A TÁBUA DE SALVAÇÃO NACIONAL?

ML: Sim. Mas, estamos aproximando-nos perigosamente do limite. Como geram mais de US$ 100 por ano, as exportações do agronegócio literalmente salvam a balança comercial brasileira. Entretanto, em todo o mundo, por ser um setor sensível, a agricultura precisa de uma eficaz política de apoio. No Brasil, um dos complicadores é a burocracia, o excesso de normas para produzir tanto no campo, quanto nas agroindústrias. Aqui, quem produz é penalizado. Depois de proporcionar sucessivos superávits, o agronegócio também se declara cansado. As medidas de apoio param no discurso. As péssimas condições de infraestrutura destroçam toda a eficiência e a competitividade obtidas "dentro das porteiras", em face da inexistência e/ou das más condições das rodovias, das ferrovias, dos portos, dos aeroportos, das comunicações e da geração de energia. Desde o primeiro dia deste Governo até hoje, não se avançou um milímetro em direção a uma solução – qualquer solução – que pudesse sinalizar uma tentativa de ataque aos graves problemas nacionais. À abulia do Governo soma-se o descompromisso do Congresso. O único movimento desses quase doze meses foi para baixo. Estamos afundando dia a dia. Todas as metas da política macroeconômica foram reiteradamente revistas e, finalmente, adiadas. ■

> "... EM TODO O MUNDO, POR SER UM SETOR SENSÍVEL, A AGRICULTURA PRECISA DE UMA EFICAZ POLÍTICA DE APOIO."



VOCÊ VÊ,

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO

VOCÊ CONFIA!

VOCÊ VÊ,

QUALIDADE

VOCÊ CONFIA!

agroceres 70 anos

VOCÊ VÊ,
VOCÊ CONFIA!

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO:

Na Agroceres fornecemos a tecnologia de hoje, porém investindo sempre na tecnologia de amanhã. Esta é a fórmula que nos mantem jovens aos 70 anos de idade.

Para isto desenvolvemos alianças tecnológicas com empresas e instituições no Brasil e no exterior e contamos com centros de pesquisa distribuídos pelo território brasileiro.

Nossos centros de pesquisa desenvolvem, testam e adaptam as melhores tecnologias existentes à realidade de nossos clientes.

A melhor tecnologia adaptada à sua realidade.
Este é o nosso compromisso.

QUALIDADE:

Na Agroceres acreditamos que qualidade é resultado de investimento em tecnologia e gestão. Por isto investimos em modernos laboratórios e sistemas de informação que monitoram e rastreiam todo o nosso processo produtivo, da aquisição da matéria prima ao transporte do produto acabado.

Mas acreditamos, acima de tudo, que qualidade é resultado de investimento em pessoas treinadas e motivadas. Na Agroceres, qualidade faz parte de nossa cultura, e por isto podemos nos comprometer com um produto bem feito. Sempre.

Empresas do Grupo Agroceres

www.agroceres.com.br

agroceres Multimix · agroceres PIC · biomatrix · Santa Helena Sementes · inaceres · Formicidas MIREX-S

FRASES & COMENTÁRIOS



A grande maioria dos produtores rurais não sabe como gerir seu empreendimento para impulsionar a produção e ter lucro. Não está na alma do agricultor brasileiro ser empresário, exercer o planejamento financeiro de sua propriedade, mas o SENAR vem procurando mudar essa mentalidade, ensinando o homem do campo a ganhar dinheiro.”

DANIEL CARRARA, secretário executivo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), em palestra na aula magna de abertura da segunda turma do curso de Pós-graduação em Gestão Empresarial do Agronegócio, da Faculdade CNA de Tecnologia, em Brasília-DF

“Estamos muito ansiosos para ter mais cooperação com o seu país.”

RADHA MOHAN SINGH, ministro da Agricultura indiano, durante encontro, em Nova Deli, com a missão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) à Ásia, chefiada pela ministra Kátia Abreu

“As leguminosas são colheitas importantes para a segurança alimentar de grande parte das populações, em particular na América Latina, na África e na Ásia... Apesar disso, o valor nutritivo das leguminosas não é reconhecido e, muitas vezes, é desprezado.”

JOSÉ GRAZIANO, diretor-geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), durante lançamento oficial de 2016 como o Ano Internacional das Leguminosas

“É um mercado de muito potencial para a nossa carne. Junto com a Arábia, também conseguiremos atingir outros países, como Bahrein, Kuwait, Catar e Iraque, o que terá um ótimo reflexo e incremento nas exportações já a partir de dezembro.”

ANTONIO JORGE CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec), referindo-se à reabertura do mercado da Arábia Saudita para o produto brasileiro

“O Brasil tem milho disponível e está disposto a vender, o que o americano não está.”

PAULO MOLINARI, analista especializado em milho da consultoria Safras & Mercado

“CIDE e cana-energia, eis o binômio para a recuperação do setor sucroenergético: uma política pública e uma ação técnico-empresarial.”

ROBERTO RODRIGUES, coordenador do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas (GV Agro), presidente do Conselho Superior do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Cosag/Fiesp) e ex-ministro da Agricultura, em artigo publicado originalmente na Revista Globo Rural, edição de novembro de 2015

“É um país muito importante para nós. Sei que, agora, estamos com as pessoas certas, e estamos animados para dar início à cooperação com o Brasil.”

KHADIM ALDAREI, vice-diretor da *holding* Al Dahra, dos Emirados Árabes Unidos, após reunião com a ministra Kátia Abreu, em Abu Dhabi, no supracitado país

“Os produtores estão estimulados a plantar. Eu acho que a produção vai continuar crescendo; não sei se a 8%, mas vai continuar crescendo.”

ANTONIO ALVARENGA, presidente da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA)

CENÁRIO ECONÔMICO PARA 2016

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

ESPERAVA-SE QUE o ano de 2015 fosse marcado por um ajuste macroeconômico no campo fiscal e monetário. De fato, as perspectivas apontadas no final de 2014 sinalizavam que o Brasil iria passar por uma recessão branda, com queda do produto da ordem de 1% em relação ao ano anterior e com a inflação dando sinais de convergência para o centro da meta na virada do primeiro semestre para o segundo. Ao mesmo tempo, o Governo sinalizou um esforço fiscal que levaria a um superávit primário superior a 1% do PIB em 2015. Esse ambiente permitiria o início de um afrouxamento da política monetária no segundo semestre, e a economia começaria a dar sinais mais concretos de recuperação no último trimestre do ano. Na concretização desse cenário, a economia brasileira voltaria a crescer, ainda que timidamente, em 2016, com uma inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apontando para o centro da meta, de 4,5%, e juros mais baixos.

A realidade dos fatos mostrou-se bem mais sinistra do que qualquer economista poderia imaginar, e 2015 mostrou-se um ano relativamente "perdido" em termos macroeconômicos. O ajuste fiscal prometido pelo Governo não se concretizou, e o resultado primário das contas públicas fechará o ano em um patamar pior do que aquele verificado em 2014. Pior do que isso, a fragilidade política do Governo indica que um ajuste fiscal para 2016 também pode ser descartado, aumentando as desconfianças e o risco da economia brasileira. Essa percepção condicionou o rebaixamento da classificação de risco promovida pela Standard & Poor's e esteve na raiz da depreciação do real frente ao dólar ocorrida ao longo de 2015.

Ao mesmo tempo, a inflação manteve-se elevada e ascendente ao longo do ano, reflexo não apenas do atraso em termos do aperto monetário promovido pelo Banco Central (BC), como também por conta dos choques adversos de oferta ocorridos por conta da alta de várias tarifas, como energia elétrica, transportes, combustíveis etc. Com isso, tudo indica que a inflação medida pelo IPCA acumulada em doze meses permanecerá oscilando em torno de 10% nos últimos meses do ano e no início de 2016.

A partir desse quadro inflacionário, o BC não encontrou espaço para promover uma flexibilização da política monetária. Ao contrário, ele não indica claramente ainda em que momento irá flexibilizar os juros.

A somatória desses fatores levou a um quadro recessivo na economia brasileira mais profundo do que se poderia supor. Tudo indica que o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro irá apresentar uma retração de 3% em relação a 2014. Pior do que isso, não existem sinais de recuperação concretos da atividade econômica brasileira no último trimestre de 2015, e as indicações para o ano seguinte são de uma nova retração no PIB. Caso esse cenário se concretize, serão três anos seguidos de retração no PIB *per capita* no Brasil.

Esse cenário pessimista é amparado por diversos elementos. No plano político, ainda parece relativamente distante uma solução que vise compatibilizar um realinhamento do Executivo com o Legislativo. Enquanto isso não ocorrer, o desenho de uma solução que viabilize a adoção de um conjunto mínimo de medidas que reforce os fundamentos macroeconômicos brasileiros permanece distante. Ao mesmo tempo, o consumo das famílias segue retraído, sem maiores sinais de reversão no médio prazo. Isso decorre do fato de que as famílias seguem relativamente endividadas, com orçamento cada vez mais comprometido. Os temores do desemprego, cada vez mais crescente, também tornam as famílias cada vez mais conservadoras em termos de consumo. Do lado das empresas, as incertezas com relação aos ambientes econômico e político e o quadro recessivo levam a uma retração dos investimentos produtivos, o que se traduz em menor demanda agregada. Algum alento pode vir do setor produtor de bens comercializáveis com o exterior, por conta da depreciação do real frente ao dólar, o que tende a estimular a produção neste segmento.

A somatória desses elementos sinaliza que o ano de 2016 não deverá ser dos melhores em termos econômicos. O primeiro semestre ainda deverá ser marcado por um ritmo pressionado de inflação conjugado a um ritmo lento da atividade econômica. A política monetária só deverá dar sinais de flexibilização caso a inflação sinalize para baixo no ano. Em outras palavras, algum alento só deverá vir no segundo semestre. ■



ISTOCKPHOTO

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR



NOVO PLANO QUINQUENAL DA CHINA

O governo chinês anunciou seu 13º Plano Quinquenal, que estabelece novas estratégias para o abastecimento de alimentos, para o horizonte de 2016 a 2020. A sinalização é de que haverá a adoção de uma política mais voltada para as importações de alimentos. Isso certamente beneficiará os países exportadores de carnes e matérias-primas. Com o crescimento populacional e a urbanização, de 2014 a 2020, a demanda de grãos chinesa passará de 600 milhões de toneladas para 700 milhões; um déficit de 100 milhões de toneladas e que será preenchido por importações.

BRASIL NA OMC CONTRA A INDONÉSIA

O governo brasileiro solicitou à Organização Mundial do Comércio (OMC) o estabelecimento de um painel para examinar medidas restritivas impostas pela Indonésia à importação de carne e produtos de frango provenientes do Brasil. Com uma população de mais de 250 milhões de habitantes, estima-se um potencial de exportação de US$ 70 milhões por ano.

WORLD TRADE ORGANIZATION

O MITO DO HORMÔNIO NO FRANGO

A redução do ciclo de cria, engorda e abate do frango em quatro vezes, de 180 dias para 45 dias, nas recentes décadas, gera denúncias e controvérsias em torno do uso de hormônios de crescimento. Esse é um mal-entendido, uma vez que as aves não responderam a estas substâncias.

Recentemente, os frigoríficos solicitaram – e foram atendidos pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) – para adicionarem às embalagens de frango a amplamente conhecida e reiterada informação de que a produção é realizada sem a utilização de hormônios.

SURTO RECORDE DE IA NOS ESTADOS UNIDOS

Os Estados Unidos sacrificaram quase 50 milhões de aves domésticas neste ano, devido à ocorrência de surtos de *Influenza* Aviária (IA) em quinze estados, com um custo de mais de US$ 500 milhões. Este foi o pior surto de IA altamente patogênica na história do país. O surto está aparentemente controlado, mas teme-se que a AI possa reaparecer em 2016.

O vírus da IA mudou drasticamente nos últimos anos. Até o momento, 357 surtos de *influenza* aviária – em 31 países – já foram reportados à Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) em 2015, o que significa um aumento estarrecedor de 147% em relação ao número registrado em 2014.

USDA APHIS
United States Department of Agriculture
Animal and Plant Health Inspection Service

TRIPLICAR EXPORTAÇÃO DE LATICÍNIOS

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) anunciou o aporte de R$ 387 milhões para o programa Leite Saudável, do qual fazem parte Goiás, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, que representam 72,6% da produção nacional. A meta é triplicar as exportações brasileiras do segmento. Os dois principais alvos da cadeia de lácteos são a China, que importa por ano o equivalente a US$ 6,4 bilhões, e a Rússia, com US$ 3,4 bilhões.

De acordo com o presidente da Associação Brasileira dos Produtores de Leite (Leite Brasil), Jorge Rubez, a produção nacional gira em torno de 34,5 milhões de litros. Apenas 300 mil litros vão para o mercado internacional.

PRÊMIO SESCOOP EXCELÊNCIA DE GESTÃO 2015

O Prêmio Sescoop Excelência de Gestão, promovido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop), consiste no reconhecimento nacional às cooperativas que promovem o aumento da qualidade e da competitividade do cooperativismo por meio do desenvolvimento e da adoção de boas práticas de gestão e governança.

"Enquanto as cooperativas cumprem a missão de proporcionar aos associados maior renda, qualidade de vida e felicidade, o nosso papel é auxiliá-las na busca por um ambiente de gestão, visando a excelência e um Brasil melhor", destaca o presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas. A próxima edição da ***Agroanalysis*** trará um Caderno Especial sobre a segunda edição do Prêmio, correspondente ao ciclo 2015.

MERCADO MUNDIAL DE DEFENSIVOS AGRÍCOLAS

De 2014 a 2022, o mercado global de produtos químicos de proteção das culturas deve passar de US$ 53,6 bilhões para US$ 90,1 bilhões, de acordo com o relatório do Portal Agropages.

Nos últimos anos, este mercado caracterizou-se por um grande número de fusões e aquisições. Para o futuro, cada vez mais rigorosas, as regulamentações dos produtos deverão focar nas questões ligadas aos impactos ambientais e à saúde do consumidor. A redução da terra arável e a necessidade de maior produtividade das culturas deverão impulsionar a demanda dos agricultores.


ISTOCKPHOTO

BIODIESEL DE SOJA

BONS RESULTADOS DE INCLUSÃO SOCIAL

ALDARA DA SILVA CÉSAR
Professora do Departamento de Engenharia de Agronegócios da Universidade Federal Fluminense (UFF), *campus* Volta Redonda, e coordenadora do Grupo de Análise de Sistemas Agroindustriais (GASA) – aldaracesar@id.uff.br

MARCO ANTONIO CONEJERO
Professor da Faculdade Campo Limpo Paulista (FACCAMP)

MÁRIO OTÁVIO BATALHA
Professor da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais (GEPAI)

O PROGRAMA Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) foi criado em 2004, tendo como principais objetivos incrementar a produção e o consumo doméstico de biodiesel, diversificar a matriz energética e promover a inclusão socioeconômica de agricultores familiares enquadrados no Pronaf.

O PNPB tem como base a Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, que permitiu a adição voluntária de 2% de biodiesel ao diesel (B2) no mesmo ano, medida que se tornou obrigatória em 2008. O aumento da participação do biodiesel no diesel de origem fóssil deu-se de forma gradativa ao longo dos anos. Em novembro de 2014, a adição de biodiesel no diesel feita a partir do petróleo passou a ser de 7% (B7).

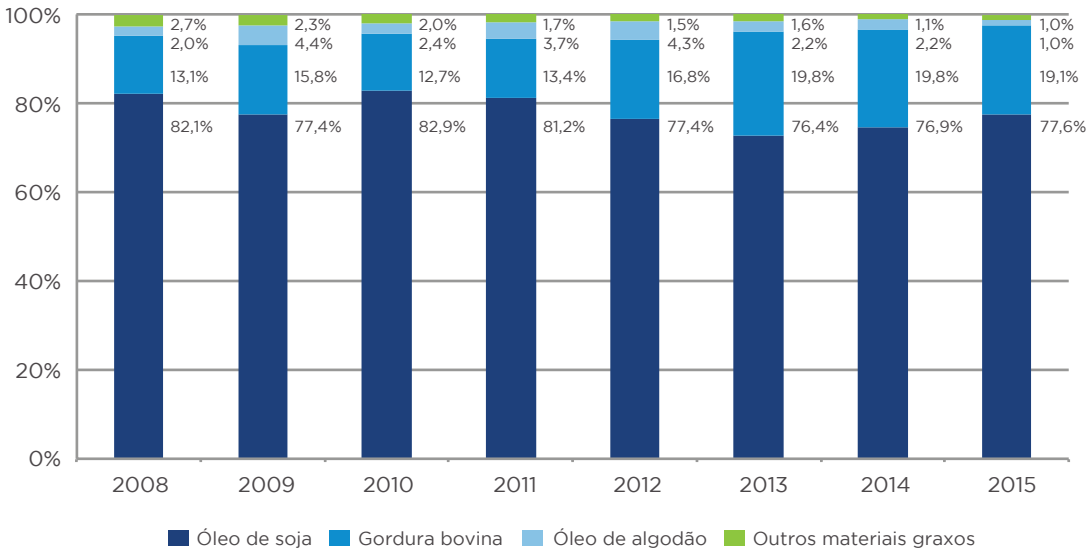
O biodiesel pode ser produzido a partir de um conjunto muito grande de matérias-primas, tais como gorduras animais, óleos residuais de fritura, óleos provenientes de diversas oleaginosas e microalgas. Contudo, apesar do grande potencial brasileiro em termos de fontes alternativas de matérias-primas, a cadeia produtiva de biodiesel no Brasil tem na soja sua maior fonte de aprovisionamento (76,9%, em 2014).

Por outro lado, o cenário atual de produção de oleaginosas no Brasil não permite vislumbrar, pelo menos em curto prazo, outra cultura capaz de responder à crescente demanda gerada pelos mandatos nacionais de adição de biodiesel no diesel de petróleo. A maior parte das plantas industriais de biodiesel está no Centro-Oeste e no Sul do País, representando 77% da capacidade instalada nacional em 2014. São nestas regiões em que estão, também, os maiores cultivos de soja – 83,64%, em 2013. De fato, a proximidade da matéria-prima é um fator importante para a redução do custo logístico e a consequente competitividade do biodiesel.

A alta escala e o domínio tecnológico na cadeia da soja refletem-se, também, em redução no custo de processamento do grão. A adequação do biodiesel de soja atende mais facilmente os parâmetros técnicos estipulados pela Resolução nº 45, de 25 de agosto de 2014, da ANP, quando comparado ao biodiesel produzido com outras culturas, como mamona e dendê.

De maneira adicional, para o cumprimento das cotas impostas pelo Selo Combustível Social (SCS)*, as empresas também têm recorrido – majoritariamente – à soja. Isso vem ocorrendo notadamente em regiões onde os sistemas agroindustriais de produção de soja estão mais maduros, caso, por exemplo, do Sul do Brasil. Nesta região, os agri-

PARTICIPAÇÃO DAS MATÉRIAS-PRIMAS USADAS PARA A PRODUÇÃO DE BIODIESEL
DE 2008 A JULHO DE 2015



Fonte: Ministério de Minas e Energia (MEE)

cultores familiares se encontram organizados em cooperativas, o que facilita o relacionamento com as usinas, permitindo que elas atinjam as porcentagens mínimas de compra de agricultores familiares impostas pelo SCS. A produtividade alcançada e a organização cooperativa têm garantido à agricultura familiar sulista a venda de sua produção de soja com ágios pagos à saca de 60 kg de soja.

Na fase inicial do PNPB, o Governo pretendia incluir 200 mil famílias. No entanto, em 2014, foram 72.382 mil famílias, sendo que, destas, 83,90% estão no Sul do País, 6,57% no Nordeste e 9,52% nas outras regiões. Adicionalmente, as aquisições em valor dos produtores familiares do Sul representaram 80,39% do total da contribuição familiar do PNPB nesse ano.

Desta forma, apesar das críticas, a soja vem apresentando-se mais competitiva, tanto pela produção de um biodiesel mais viável economicamente, quanto pelo realismo da inserção social da agricultura familiar. ■

A AGRICULTURA FAMILIAR PARTICIPA
BIODIESEL
COMBUSTÍVEL SOCIAL

** O Selo Combustível Social (SCS) é concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e confere à unidade industrial produtora de biodiesel benefícios fiscais para atuar como promotora de inclusão social dos agricultores familiares enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)*

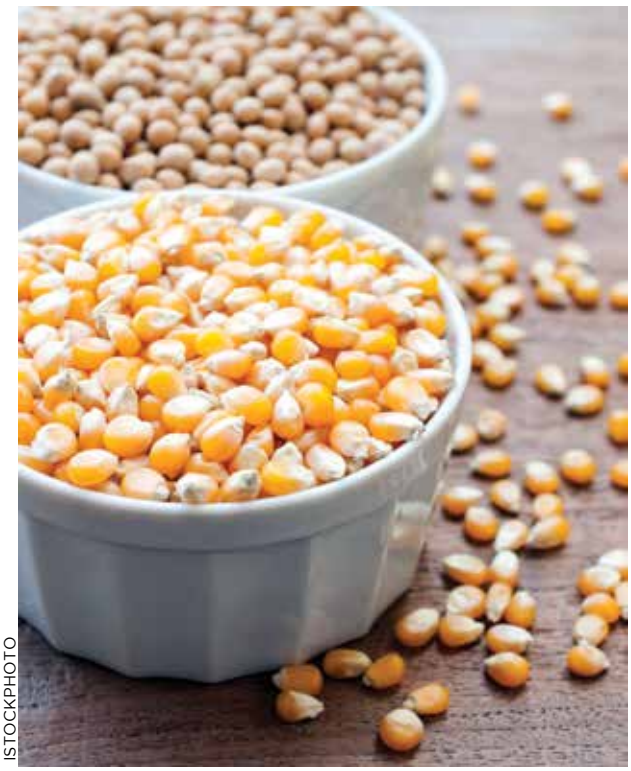
SOJA E MILHO NO MATO GROSSO

MARGENS MAIS APERTADAS

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

Na atual safra 2015/16, a rentabilidade média da soja é prevista em 1,1%. Para o milho, a projeção é de prejuízo.

O CENÁRIO para a safra 2015/16 é incerto com relação aos preços da soja e do milho. O fato mais concreto consiste no aumento dos custos de produção. O Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA) estima um custo médio por hectare de R$ 3.591,26, na soja, e de R$ 2.412,63, no milho 2ª safra, na região de Rondonópolis-MT. Em comparação com a safra 2014/15, estes valores representam um aumento de, respectivamente, 33,1% e 27,4%.



ISTOCKPHOTO

Com a alta do dólar frente ao real, o peso dos fertilizantes e dos defensivos ficou maior na planilha de custo. Além disso, energia elétrica, combustível e mão de obra também ficaram mais caros.

Do lado dos preços, no caso da soja, há pressão de baixa sobre as cotações no mercado internacional. A safra mundial está estimada em 321,02 milhões de toneladas em 2015/16, frente aos 318,68 milhões de toneladas colhidos anteriormente. A colheita norte-americana, estimada em 108,35 milhões de toneladas, será recorde na safra 2014/15. No Brasil, o dólar em patamar elevado é o fator de sustentação dos preços.

A rentabilidade média da soja, em 2014/15, foi de 3,6%, na região de Rondonópolis-MT – o resultado seria pior não fosse a desvalorização do real frente ao dólar. Para o milho 2ª safra, as subidas dos preços neste segundo semestre puxaram o resultado para cima. Com uma rentabilidade de 0,7%, quem vendeu abaixo de R$ 17,70 a saca teve prejuízo.

EXPECTATIVA PARA A SAFRA 2015/16

Apesar dos preços mais altos de soja e milho na safra 2015/16 no mercado brasileiro, os custos de produção continuaram subindo e deverão es-

RONDONÓPOLIS: RESULTADO ECONÔMICO DA SOJA E DO MILHO DE 2ª SAFRA, EM 2014/15

ITEM	Soja	Milho 2ª safra
Preço (R$/saca)	60,96	18,55
Produtividade (sacas/ha)	51,9	106,9
Receita (R$/ha)	3.164,43	1.983,00
Custo de produção (R$/saca)	2.699,12	1.893,58
Lucro (R$/ha)	465,31	89,42
Preço da terra (R$/ha)	13.100,00	13.100,00
Rentabilidade (%)	3,6	0,7

Fonte: Scot Consultoria; IMEA

RONDONÓPOLIS: RESULTADO ECONÔMICO DA SOJA E DO MILHO 2ª SAFRA, EM 2015/16

ITEM	Soja	Milho 2ª safra
Preço (R$/saca)	71,00	20,35
Produtividade (sacas/ha)	52,6	100,2
Receita (R$/ha)	3.737,44	2.039,07
Custo de produção (R$/saca)	3.591,26	2.412,63
Lucro (R$/ha)	146,18	-373,56
Preço da terra (R$/ha)	13.600,00	13.600,00
Rentabilidade (%)	1,1	-2,7

Fonte: Scot Consultoria; IMEA

treitar ainda mais as margens do agricultor, em Rondonópolis-MT.

Para quem travou o preço de venda da safra 2015/16 em novembro de 2015 ao redor de R$ 71,00 por saca, o lucro médio estimado é de R$ 146,18 por hectare. Isso significa uma queda de 68,6% em relação ao lucro médio em 2014/15. A rentabilidade média está estimada em 1,1%.

Já no milho 2ª safra, a projeção é de prejuízo, com rentabilidade negativa de 2,7%. Além do aumento dos custos de produção, estima-se uma produtividade menor na temporada. O atraso no plantio da soja deverá atrasar também o plantio do milho 2ª safra, o que aumenta os riscos de perdas das lavouras. Nesse cenário, a saca teria que ser comercializada acima de R$ 24,00 para o produtor começar a ter lucro. Se a produtividade média na safra 2015/16 ficar igual a de 2014/15, o produtor precisará vender a R$ 22,50 para sair do prejuízo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a colheita da soja a partir de janeiro de 2016, os preços podem ceder no Mato Grosso, e no mercado brasileiro. No caso do milho, o cenário de margens negativas pode influenciar na intenção de plantio da segunda safra.

O planejamento das estratégias de venda da produção, bem como da compra de insumos, é essencial, principalmente em um cenário de incertezas e margens oscilando bastante.

No Paraná, o cenário é semelhante: com a pressão de baixa sobre os preços no mercado internacional e as oscilações do dólar, a margem deverá ser mais estreita para o produtor e vai exigir mais planejamento e estratégias na hora de vender a produção. No Sul, existe preocupação, também, com o excesso de chuvas nesta temporada, o que pode prejudicar o desenvolvimento das lavouras e a colheita no primeiro trimestre do ano que vem. ■



Empresas do Grupo Agroceres:

agroceres Multimix
nutrição animal

agroceres PIC
genética de suínos

FORMICIDAS MIREX-S
proteção de cultivos



... E A SUA CONFIANÇA É A NOSSA MAIOR CONQUISTA!

Em 20 de setembro de 2015 a Agroceres completa 70 anos. A história da Agroceres é a história de pessoas que se uniram em torno de um propósito: o de levar tecnologia ao campo e contribuir com o agronegócio brasileiro em sua busca por produzir cada vez mais e melhor.

Pessoas que, ao longo de gerações, assumiram o compromisso de construir os 4 pilares de nossa proposta de valor: Tecnologia & Inovação, Qualidade, Atendimento e Resultado. Um compromisso que você vê em tudo o que a Agroceres faz: na busca, desenvolvimento e adaptação da melhor tecnologia disponível para a sua realidade, na qualidade consistente e padronizada de nossos produtos, em nosso atendimento presente e capacitado, e, principalmente, nos resultados que o ajudamos a conquistar.

Sabemos que foi cumprindo com este compromisso que conquistamos a sua confiança nos últimos 70 anos. E será assim que manteremos esta conquista pelos muitos anos que virão.

www.agroceres.com.br

biomatrix
sementes de milho e sorgo

Santa Helena SEMENTES

inaceres
palmitos cultivados



CARMO ESTATE COFFEES

DESAFIOS E CONQUISTAS MARCARAM ANO

SILAS BRASILEIRO
DEPUTADO FEDERAL E PRESIDENTE DO CNC

SILVIA PIZZOL
ASSESSORA TÉCNICA DO CNC





O ano de 2015 trouxe desafios, mas também conquistas para a cafeicultura brasileira. Tivemos o direcionamento dos recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para o setor produtivo nacional, a alteração da estrutura do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), o registro definitivo de um agroquímico para o controle da broca e a promoção dos cafés das cooperativas brasileiras na Expo Milão 2015, na Itália.

Apesar das dificuldades econômicas e políticas vivenciadas pelo País, a cafeicultura foi beneficiada com orçamento recorde do Funcafé. Isso evitou maiores perdas na renda da atividade, diante das condições climáticas adversas de 2014 e do início deste ano. Assim, preservou-se a função do Fundo, de ordenar a oferta nacional e beneficiar os cafeicultores contra quedas bruscas de preços.

Embora o Conselho Nacional do Café (CNC) tenha demandado, via Conselho Deliberativo da Política do Café (CDPC), a manutenção dos encargos financeiros nos mesmos níveis de 2014, a conjuntura econômica do País não permitiu o atendimento deste pleito. Em contrapartida, foi conquistada a manutenção, em 4,5% a.a., da remuneração dos agentes financeiros, vital para não reduzir a longevidade do Funcafé, que não possui realimentação há mais de dez anos.

Para 2016, o setor, junto ao governo federal, sugeriu novo orçamento recorde, de R$ 4,632 bilhões (+12%), com ampliação: (i) na linha de estocagem, para R$ 1,752 bilhão (+16,3%); e (ii) no FAC, para os compradores estarem capitalizados e pagarem valores justos e condizentes com as realidades dos altos custos de produção.

Estruturação no MAPA

O MAPA passou por uma reestruturação, com a extinção da Secretaria de Produção e Agroenergia (SPAE) e do Departamento do Café, até então

responsáveis pela gestão dos assuntos inerentes à cafeicultura. Esta função foi para a Secretaria de Política Agrícola (SPA), distribuída nos Departamentos de: Comercialização e Abastecimento, na Coordenação-Geral de Frutas, Florestas e Café (responsável pelo apoio aos trabalhos do CDPC); e Crédito, Recursos e Riscos, na Coordenação-Geral de Gestão de Recursos (responsável pelo Funcafé).

O CNC coordenou com as demais lideranças as preocupações com a ministra Kátia Abreu. Havia necessidade de se manter a estrutura destinada para garantir agilidade e eficiência nas respostas às demandas da cadeia produtiva do café. O pleito foi bem-sucedido, com a manutenção do quadro de funcionários e maior atividade do CDPC e seus Comitês tornando-se mais ativos.

Broca-do-café

Em relação ao combate da broca-do-café, desde a proibição da comercialização do endosulfan, o CNC realiza gestões junto ao Governo. Pleiteávamos o registro de produtos no combate à praga, de modo a excluir a necessidade de anúncio e renovação anual de emergência fitossanitária nos estados produtores do Brasil.

Pelo menos um produto teve seu processo de registro finalizado e seu certificado emitido. O prazo legal para a publicação no DOU (Diário Oficial da União) vai até a primeira quinzena de dezembro de 2015.

Para esse sucesso, registramos o empenho e o trabalho desenvolvidos pelo *staff* do MAPA. Isso contribuirá para os tratos culturais e evitará as perdas com a broca nos cafezais. Reforçamos a necessidade de se analisarem e registrarem mais produtos, para promover maior competição e evitar sobrepreços no mercado.

Promoção dos cafés do Brasil

"Impressionados com a qualidade do café filtrado brasileiro". Essa é a melhor definição para elucidar a impressão do público que passou pelo Pavilhão do Brasil na Expo Milão 2015, na Itália.

RECURSOS DO FUNCAFÉ EM 2014 E 2015
(R$ MILHÕES)

Linhas de financiamento	2014 (a)	2015 (b)	Juros 2015	Var % (b/a)
Custeio	845	950	8,75%	12,4%
Estocagem	1.300	1.506	8,75%	15,8%
Aquisição de café[1]	750	750	10,50%	0,0%
Capital de giro[2]	900	900	10,50%	0,0%
Outros[3]	30	30	8,75%	0,0%
Total	3.825	4.136	–	8,1%

[1] Para cooperativa, a taxa de juros é de 8,75%
[2] Indústria de solúvel; torrefação e cooperativa de produção
[3] Opções privadas e mercado futuro e cafezais danificados
Fonte: CNC

Por meio de um trabalho de levantamento de recursos desenvolvido pelo CNC com o apoio da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e de suas associadas Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé (Cooxupé), Cooperativa de Cafeicultores e Agropecuaristas (Cocapec), Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Três Pontas (Cocatrel), Cooperativa dos Cafeicultores da Zona de Varginha (Minasul) e Cooperativa Central de Cafeicultores e Agropecuaristas de Minas Gerais (COCCAMIG), o País realizou, na Expo Milão, uma série de ações comemorativas ao Dia Internacional do Café, que, pela primeira vez, foi celebrado oficialmente pela Organização Internacional do Café (OIC).

A Associação Brasileira de Cafés Especiais (BSCA), membro do CNC, foi responsável pelas ações comemorativas no Pavilhão, que é coordenado pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Foi realizado um *workshop* de demonstração de preparos de café filtrado – método não comum de consumo na Itália (o expresso predomina) e nos demais países do mundo e que permite uma melhor apreciação das características do café nacional – que foi conduzido pelo barista brasileiro Eduardo Scorsin, quarto colocado no Campeonato Mundial Coffee in Good Spirits 2015. Além disso, o Brasil ofereceu cerca de 10 mil doses da bebida filtrada, preparada em equipamento Bunn e "*third wave*".

CUSTOS DE PRODUÇÃO PARA 2016

BRENO MESQUITA
PRESIDENTE DA COMISSÃO NACIONAL DO CAFÉ DA CONFEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO BRASIL (CNA)

FERNANDO RATI
ASSESSOR TÉCNICO DE CAFÉ NA CNA





As diferenças no Custo Operacional Efetivo (COE) retratam a existência de distintos perfis de cafeicultura no País, categorizados especialmente pelas condições de declividade em que a propriedade está inserida.

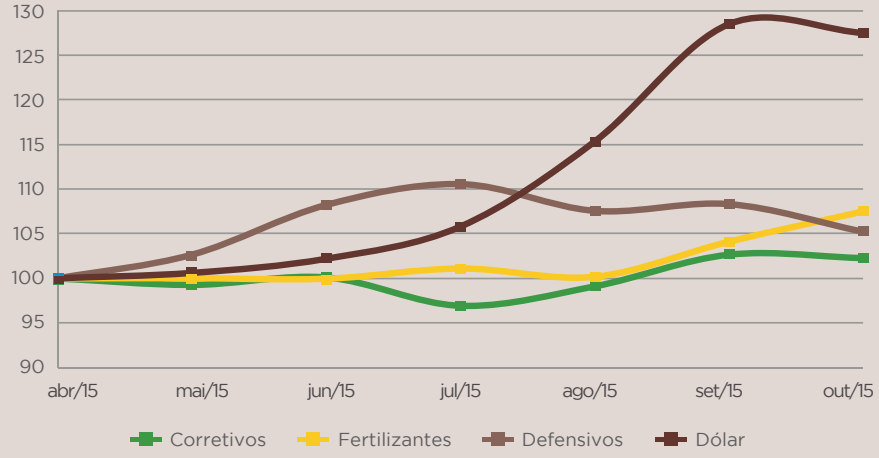
Como parte do Projeto Campo Futuro, anualmente, são realizados painéis para levantamento de custo de produção em doze praças produtoras de café. A grande diferença entre os valores apurados está na participação do item Colheita e Pós-colheita no COE: de 37% nos relevos montanhosos (dependência do uso de mão de obra) e de 16% nas áreas mais planas (maior emprego da mecanização).

Por sua vez, os fertilizantes, os defensivos e os corretivos representam a maior parte do custo nas regiões mecanizáveis (em média, 45% do COE).

No caso das regiões produtoras de café Conilon, entre abril e agosto de 2015 os fertilizantes aumentaram por saca 13,56%: de R$ 39,37 por saca para R$ 44,27. O município de Itabela-BA, com 31%, registra a maior participação do custo com fertilizantes no Custo Operacional Total (COT), que compreende os desembolsos do ano agrícola somados às depreciações de máquinas, implementos, benfeitorias, equipamentos de irrigação e lavouras, e o pró-labore. Para as praças produtoras de Cacoal-RO e Jaguaré-ES, os fertilizantes participam de 15% a 16% no COT.

As valorizações do dólar em relação ao real impactam em alta os preços dos insumos de produção, principalmente fertilizantes e corretivos. A persistência de alta na taxa de inflação também preocupa o setor.

CUSTOS MÉDIOS COM INSUMOS AGRÍCOLAS NA PRODUÇÃO DE CAFÉ ARÁBICA E TAXA DE CÂMBIO
(VARIAÇÃO ACUMULADA ENTRE ABRIL E OUTUBRO DE 2015 – BASE 100)



Fonte: Campo Futuro 2015 (CNA/CIM-UFLA)

É importante considerar a redução do potencial produtivo das lavouras frente às duas estiagens consecutivas enfrentadas pela cafeicultura brasileira. Para a próxima safra, isso certamente demandará maior investimento em tratos culturais para a recuperação das árvores. Como resultado, a margem líquida do cafeicultor poderá ficar significativamente comprometida.

Em função da instabilidade econômica e política do Brasil, aliada à tendência de alta do dólar para 2016, o custo com insumos e mão de obra deve alcançar valores maiores do que os praticados em 2015.

Diante desse cenário, a necessidade de o produtor acompanhar a evolução dos custos de produção ficou bem mais premente. As decisões relativas às despesas e à comercialização do café exigirão análises acuradas.

CUSTO OPERACIONAL EFETIVO (COE) POR SACA DE 60 QUILOS

LOCAL	COE	Topografia
Guaxupé-MG	R$ 454,82	Montanhosa
Luís Eduardo Magalhães-BA	R$ 212,62	Plana

Fonte: Campo Futuro 2015 (CNA/CIM-UFLA)

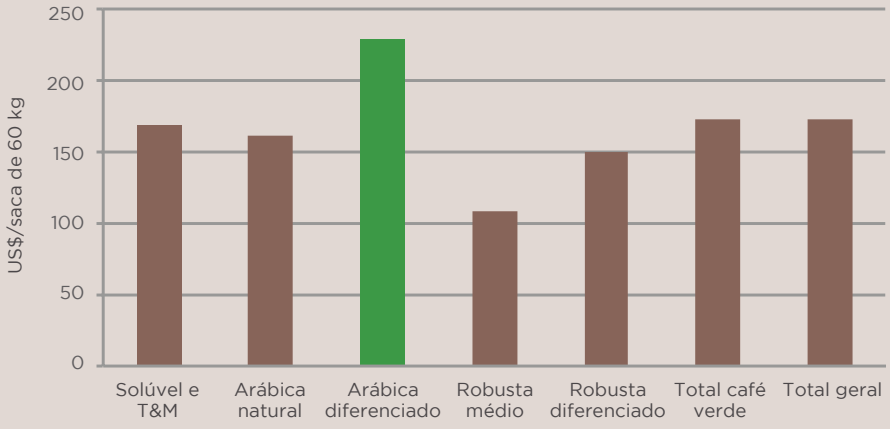
CAFÉ CRU ESPECIAL COM AGREGAÇÃO DE VALOR

VANÚSIA NOGUEIRA
DIRETORA EXECUTIVA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CAFÉS ESPECIAIS (BSCA)



Ouvimos, muitas vezes, a afirmativa equivocada de que agregação de valor se dá somente por meio de processos de industrialização. No setor do café, é muito comum encontrarmos comparações entre o preço da saca de café vendida pelo produtor e o valor pago pelo consumidor final por uma xícara. Se multiplicarmos o valor de cada xícara de café expresso pela quantidade total potencial de xícaras que podem ser preparadas a partir da saca de 60 kg, a comparação chega a ser absurda.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉS
PREÇO MÉDIO (US$/SACA)



Fonte: CECAFÉ

NOVO POSICIONAMENTO

Os cafés finos saem do processo de venda dos cafés comerciais e são negociados em formatos bastante distintos, com valores diferenciados e contratos de médio e longo prazos. A partir de uma excelente xícara de café, todo comprador qualificado do produto, seguramente, vai querer saber sua procedência e entender a história de quem está por trás de grãos tão saborosos. Assim, os profissionais de *marketing* introduzem os conceitos de origem e identificação de produto.

Muitas são as ações realizadas na produção nacional. Além da busca incessante pela qualidade, os cafeicultores organizam-se em grupos para o desenvolvimento de microrregiões, na busca pela notoriedade, com base nas características peculiares de cada região; a partir desse conjunto de atributos, buscar o reconhecimento, a valorização e a proteção das indicações geográficas.

Não todos podemos dizer que cumprimos os passos. Com dimensões continentais e escassez de recursos, o País possui mais de 300 mil propriedades cafeeiras. Há muito ainda para ser feito. O *kit* "Qualidade, notoriedade, história e muito trabalho" é a estratégia para nos posicionarmos no mesmo patamar dos concorrentes.

A conta não é tão simples assim. Existem perdas para o café encontrar o ponto e a curva de torra ideal. Ocorrem perdas por desmerecimento ou vencimento, como em qualquer produto de consumo. Os custos do processo envolvem a compra do café *in natura*, a industrialização e a venda. Há muitos serviços demandados nas gôndolas de supermercados, lojas de produtos *gourmet* ou cafeterias.

Para o questionamento se é possível deixar a venda de café simplesmente como *commodity*, a resposta é sim. E o Brasil caminha firmemente nessa direção. A prova está na evolução da exportação e da agregação de valor dos cafés diferenciados brasileiros.

Durante décadas, o Brasil foi conhecido como o maior fornecedor de café de baixa qualidade para o mundo. Temos trabalhado para reverter esta imagem, com a apresentação de uma produção de qualidade, que atende a sustentabilidade dos pontos de vista ambiental, social e econômico. Produzimos café porque gostamos de consumir o produto e, também, para atender os paladares mais exigentes mundiais. Para tanto, precisamos convencer os compradores, sejam importadores ou torrefadores e, também, os baristas a nos ajudarem a mudar a percepção do consumidor final.

CÂMBIO E PRODUTIVIDADE: EXPECTATIVAS POSITIVAS

JEFFERSON CARVALHO
ANALISTA DE INSUMOS AGRÍCOLAS DO DEPARTAMENTO DE PESQUISA E ANÁLISE SETORIAL DO RABOBANK



Para praticamente todas as *commodities* agrícolas brasileiras exportáveis, o mote para 2016 parece ser o mesmo: dólar firme compensa pressão nas cotações internacionais. Para o café, o cenário não é diferente. No Brasil, a queda de 27% das cotações internacionais entre janeiro e outubro de 2015 foi mais do que compensada pela desvalorização de 42% do real no mesmo período. No geral, esse efeito garantiu boas margens para o produtor brasileiro durante o período, e essa tendência deve ser mantida também em 2016.

Após dois anos consecutivos de déficit no mercado global de café, a expetativa para 2016 é de recupe-

ração dos estoques internacionais. O sentimento generalizado de certo alívio na ponta compradora não deve abrir espaço para preços mais elevados de café na Bolsa de Nova York. Entretanto, a provável manutenção do real desvalorizado deve contribuir com as cotações de café ao produtor brasileiro. Além disso, ao contrário do verificado nas duas últimas safras, para 2016, a expectativa de recuperação da produtividade média também deve favorecer os resultados no campo.

A exceção da tendência positiva para a cafeicultura brasileira em 2016 fica por conta do Conilon. Apesar dos preços positivos e do forte ritmo das exportações – crescimento de 52% até o terceiro trimestre de 2015 –, algumas regiões já apresentam estimativas de perdas superiores a 30% para a próxima safra.

No estado do Espírito Santo, principal região produtora de Conilon no País nos últimos anos, o clima tem castigado os produtores. A falta de chuvas resultou, até mesmo, na proibição da irrigação nas lavouras de café no estado. Esse fato, aliado às elevadas temperaturas médias, deve ter impacto direto no resultado da cafeicultura do Espírito Santo no próximo ano. A expectativa de menor produção de Conilon brasileiro, somada ao corte de mais de 20% nas exportações do Vietnã em 2015, deve continuar a favorecer a procura pelo Arábica, com classificações mais baixas, em especial para atender o mercado interno.

Para a indústria, a estimativa de estagnação, ou até de possível recuo no consumo doméstico, põe panos quentes em planos de crescimento mais agressivos para 2016. Segundo a Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC), na última década, a demanda por café no mercado interno cresceu, em média, pouco mais de 3,5% ao ano. Porém, para o próximo ano, dúvidas em relação à situação macroeconômica brasileira podem ter reflexos negativos no consumo nacional e resultar em certa dificuldade da indústria em repassar preços mais elevados de café ao consumidor final.

A desaceleração do crescimento da demanda pode ser compensada pela procura de cafés de maior valor agregado. Apesar de ainda apresentarem números absolutos relativamente modestos, em valor, as cápsulas já representam 4% do mercado de café nacional. Em 2016, os efeitos de uma economia brasileira mais fragilizada deverão impor o primeiro teste para o segmento de monodose e cafés *gourmet*.

SOLÚVEL NA CADEIA DO CAFÉ

AGUINALDO LIMA
DIRETOR INSTITUCIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE CAFÉ SOLÚVEL (ABICS)



Quando se trata de café solúvel, o Brasil é uma potência global. Sempre liderou a produção e as exportações mundiais, desde a sua implantação, nos idos da década de 1960, posições que se somam com as de primeiro produtor e exportador de café em grãos verdes e de segundo maior país consumidor. Auditadas por certificadoras mundiais, as indústrias possuem mais de vinte tipos diferentes de certificações de gestão e processos. Isso as credencia para quaisquer exigências mundiais de fornecimento.

As indústrias de solúvel, que, na década de 1990, eram onze, hoje são cinco em operação: Cacique e Iguaçu, no estado do Paraná; Nestlé e Cocam, em São Paulo; e Realcafé, no Espírito Santo – todas com mais de quarenta anos de existência.

A matéria-prima mais utilizada é o Conilon (80%), seguido do Arábica (20%). Como possui mais teor de sólidos solúveis, o Conilon proporciona maior rendimento industrial, de 18% a 25% superior ao do Arábica.

A exportação nacional de solúvel está estagnada há mais de cinco anos. Entre 2005 e 2014, o Brasil perdeu participação mundial nas exportações, de 14,3% para 9,9%, segundo a Agência Euromoni-

tor, enquanto o mercado mundial cresceu 28,9%, segundo a Consultoria LMC.

Para aproveitar as oportunidades globais, a ABICS e o Sindicato Nacional da Indústria de Café Solúvel (SINCS) conceberam o Plano de Desenvolvimento do Café Solúvel do Brasil, com os seguintes pontos:

- Ajustes no ICMS, de alto impacto na competitividade das empresas, conforme a sua localização. Dificuldades e prejuízos financeiros na obtenção de seus respectivos créditos tributários;
- Barreiras tarifárias aplicadas pela União Europeia e pelo Japão e preocupação com a Parceria Transpacífica (TPP, na sigla em inglês);
- Ampliação das exportações junto à Apex-Brasil, com o desenvolvimento de um projeto de *branding* e a criação da marca Café Solúvel do Brasil;
- Programas de cooperação e parcerias com produtores de café para a melhoria da produtividade e da qualidade do café;
- Agendas de cooperação de demandas comuns com: ABIC, CECAFÉ, Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e CNC, como parte das estratégias.

Com estas ações, o Brasil continuará na dianteira das exportações, com divisas cambiais superiores a US$ 1 bilhão. Isso significa maior agregação de valor, mais empregos e mais impostos para o País. Os produtores ampliarão as oportunidades de investir na produtividade e na qualidade das lavouras. Ficará estabelecido um círculo virtuoso em que todos ganham. O fortalecimento do café solúvel ajuda a levar o nome do café do Brasil para mais e mais consumidores de todo o mundo.

DESEMPENHO EM 2014

- Capacidade de processamento: 125 mil toneladas;
- Industrialização: 5 milhões de sacas (10% da safra nacional);
- Mercado em milhões de sacas: interno (3,63) e externo (1,00);
- Receita com exportação: US$ 609 milhões.



BSCA

EXPORTAÇÕES: A CAMINHO DA SUPERAÇÃO

EDUARDO HERON SANTOS
DIRETOR TÉCNICO DO CONSELHO DOS EXPORTADORES DE CAFÉ DO BRASIL (CECAFÉ)



As perspectivas para as exportações brasileiras de café são otimistas, apesar de um ano climático e econômico difícil. Com a estiagem no campo, a elevação dos custos operacionais e a alta do dólar, que aumentam as despesas na importação de insumos para a produção, o Brasil fecha 2015 com a surpreendente estimativa de exportação de 36 milhões de sacas, apenas 1,1% menor do que o recorde em 2014.

Com a alta do dólar favorável aos embarques e a competente capacidade do setor em realizar remessas médias de 3 milhões de sacas ao mês, o Brasil exportou 29,9 milhões de janeiro a outubro, somente 0,5% menor ante mesmo período de 2014, mantendo a liderança mundial.

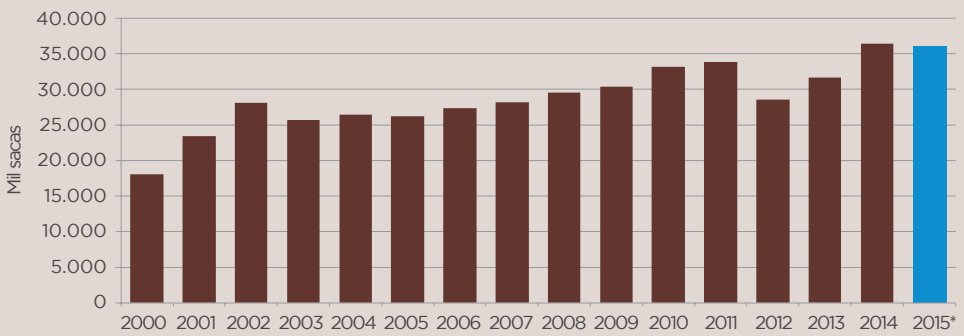
Merece destaque a alta de 10,5% dos embarques de cafés diferenciados, que permitem ao Brasil atender países mais exigentes quanto a qualidade e sustentabilidade. Estes produtos representam 25% das exportações e resultam do esforço na aplicação de boas e sustentáveis práticas agrícolas. Até outubro, EUA, Alemanha, Itália, Japão e Bélgica representaram 70% do total embarcado com diferenciação e geraram US$ 1,182 bilhão.

Dos 195 países reconhecidos pela ONU, o café do Brasil tem penetração em 130 (67%). Também cresce a participação no grupo das nações produtoras, onde a média de avanço do consumo é de 2,5% a.a., e em mercados emergentes, que sobem acima de 4,0% a.a. Vale destacar que, em países onde o consumo *per capita* é expressivo, o Brasil também é o principal fornecedor.

Mas, com as perspectivas de crescimento no consumo mundial, haverá uma demanda adicional de no mínimo 25 milhões, e o Brasil, assim como outros produtores, terá grandes desafios a superar em relação a clima e alta dos custos. Estes problemas começam a influenciar a oferta brasileira, afetada por estiagem e escassez d'água em 2015, reduzindo tamanho e rendimento dos grãos.

Contudo, o Brasil é um gigante que já superou desafios, e o CECAFÉ e os exportadores entendem a necessidade de preparar os cafeicultores para superar os próximos obstáculos. Assim, reformulam o programa Produtor Informado, para alcançar 2 mil produtores em cinquenta cidades, por meio de parceria com a ONG The Sustainable Trade Initiative (IDH), capacitando-os em boas práticas agrícolas e sustentáveis, utilizando a internet para acesso a informações que resultem em boa gestão da propriedade e melhorias na renda. ■

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS DE CAFÉ



* Estimativa
Fonte: CECAFÉ

sicredi.com.br
gentequecooperacresce.com.br

morya

A vida é melhor quando é cooperativa.

Seja no campo ou na cidade.

Quando o crescimento de um fortalece o outro, todo mundo ganha. Este é o nosso jeito de pensar, o jeito de uma instituição financeira cooperativa. O Sicredi oferece um atendimento próximo, com soluções adequadas às necessidades de cada produtor rural. Assim nos tornamos, pela quarta vez consecutiva, a 3ª maior[1] instituição financeira do País em crédito rural e o agente financeiro que liberou o maior volume de recursos para a agricultura familiar na safra 2014-2015. Venha para o Sicredi.

[1]Fonte: Especial Melhores e Maiores 2015 da Revista Exame. SAC Sicredi - 0800 724 7220 / Deficientes Auditivos ou de Fala - 0800 724 0525. Ouvidoria Sicredi - 0800 646 2519.



- Cartões • Poupança
- Empréstimos e Financiamentos
- Consórcios • Seguros

Sicrediagro

GENTE QUE COOPERA CRESCE.

SICREDI





DESAFIO 2050

Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos

A HISTÓRIA demonstra que as nações se forjaram e cresceram quando enfrentaram momentos de grandes dificuldades. Um destes momentos comemora setenta anos: em 1945, a Organização Mundial das Nações Unidas criava a FAO, com a missão de estimular programas e ações concretas para o combate internacional contra a pobreza e a inaceitável injúria da fome.

Ao celebrar setenta anos, a FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura) mantém seu alerta: hoje, ainda 795 milhões de pessoas passam fome no mundo. E aponta um desafio especialmente aos brasileiros: em 2050, quando o Planeta alcançará 9,3 bilhões de habitantes, caberá ao nosso País responder por 40% do aumento global na produção de alimentos, preservando os recursos naturais. Um desafio gigante: afinal, assim como as mudanças climáticas alteram o cotidiano das pessoas nas cidades, é no campo que elas já impactam dramaticamente – nas plantações e na vida dos agricultores.

O Senado Federal, em sessão solene no dia 13 de outubro, homenageou a FAO por sua trajetória e recebeu representantes dos setores agropecuário e de alimentação e de diversos segmentos do agronegócio para o Fórum Inovação, Agricultura e Alimentos.

O Brasil também demonstrou, ao longo de sua história, que acredita na superação de seus desafios. Apenas quatro décadas atrás, o País importava até mesmo itens da cesta básica, como carne bovina e arroz; algo inimaginável nos dias de hoje.

Com muito trabalho e investimento em ciência e tecnologias, criamos a agricultura tropical moderna e nos tornamos um dos líderes globais na produção de comida de qualidade – preservando mais de 60% de nossas florestas. Nenhuma outra nação conseguiu desempenho semelhante.

No dia 13 de outubro, houve a oportunidade de reafirmarmos nosso compromisso com o Brasil e o mundo.

Senado Federal recebe a sétima edição do Fórum Inovação

Proposta pela senadora Ana Amélia Lemos (PP-RS), a Sessão Especial no plenário do Senado recebeu dezoito senadores e cerca de 200 convidados, entre líderes setoriais, empresários e executivos ligados ao agronegócio. Em seu discurso, a senadora Ana Amélia afirmou que "celebrar os setenta anos da FAO é, também, um momento para reconhecer os avanços da agricultura brasileira". Ressaltou, ainda, o papel das entidades agropecuárias, dos pesquisadores e das universidades. "Estes representam o sucesso da transformação do agronegócio brasileiro".

O diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), Eduardo Daher, ressaltou a parceria do setor com o órgão da ONU que tem entre seus objetivos combater a fome no mundo. "A Andef, a FAO, a ABAG e a Embrapa se sentem honradas por terem lançado, há sete anos, este Fórum Inovação", afirmou o executivo, na mesa do Senado. "Com orgulho, vemos esta iniciativa, hoje celebrada no Parlamento brasileiro, ganhar maioridade e um *status* nacional, o que aumenta a responsabilidade de todos nós".

Anunciados mais dez heróis da Revolução Verde brasileira

Ao final da Sessão Especial, os realizadores do Fórum/Desafio 2050 anunciaram os nomes de dez novos heróis da Revolução Verde brasileira. São eles:



Alberto Duque Portugal

Doutor em Sistemas Agrícolas pela University of Reading, na Inglaterra, Alberto Duque Portugal ingressou na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) em 1987, como coordenador de Difusão de Tecnologias, e passou por diversas áreas até assumir a Presidência da instituição, cargo que ocupou entre 1995 e 2003. Antes disso, foi secretário executivo do Ministério da Agricultura entre 1993 e 1994.



José Aroldo Galassini

O engenheiro agrônomo catarinense José Aroldo Galassini foi um dos pioneiros nos estudos de melhoramento de trigo na região de Campo Mourão, ainda como pesquisador da Emater/PR, no final dos anos 60. Desde 1975, preside a Coamo.



Carlos Clemente Cerri

Professor do Centro de Energia Nuclear na Agricultura da Universidade de São Paulo (CENA/USP), Carlos Clemente Cerri já publicou mais de 180 artigos científicos e coordenou cerca de sessenta projetos de pesquisa no Brasil e no exterior. Membro titular da Academia Brasileira de Ciências do Brasil, Cerri dedica-se a pesquisas que têm como meta a redução da pegada de carbono do agronegócio.



Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros

Doutor em Economia pela North Carolina State University, nos Estados Unidos, Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros é professor da Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP) e coordenador científico do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). Nos últimos anos, destacou-se pelas pesquisas macroeconômicas relacionadas ao agronegócio.



Heitor Cantarella

PhD em Fertilidade de Solos pela Universidade de Iowa, nos Estados Unidos, o engenheiro agrônomo Heitor Cantarella é um dos maiores especialistas brasileiros em nutrição de plantas e uso eficiente de fertilizantes. Atualmente, é o responsável pelo Ensaio de Proficiência para Fins Agrícolas do Instituto Agronômico de Campinas (IAC).



Lourival Carmo Monaco

Mestre em Ciências e doutor em Filosofia pela University of California, nos Estados Unidos, o engenheiro agrônomo e citricultor Lourival Carmo Monaco foi diretor-geral do IAC, presidente da Academia de Ciências do Estado de São Paulo (ACIESP) e secretário de Tecnologia Industrial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Desde 2008, é presidente do Fundo de Defesa da Citricultura (Fundecitrus).



Luiz Otávio Campos da Silva

Doutor em Genética e Melhoramento pela Universidade Federal de Viçosa (UFV), com Pós-doutorado na Universidade da Geórgia, nos Estados Unidos, Luiz Otávio Campos da Silva é pesquisador da Embrapa Gado de Corte desde 1982. Especializou-se nos programas de melhoramento genético de zebuínos e contribuiu, por meio da pesquisa, para o desenvolvimento da pecuária no Brasil.



Mauro de Rezende Lopes

Pós-doutor pelo Centre D' Études Pratiques de La Négociation Internationale, na Suíça, e PhD em Economia Agrícola pela Purdue University, nos Estados Unidos, Mauro de Rezende Lopes é, atualmente, professor da Fundação Getulio Vargas (FGV) e coordenador de Projetos do Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE), também na FGV. Acumula, ainda, as funções de consultor internacional do Banco Mundial e pesquisador da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).



Ruy de Araújo Caldas

Professor de Ciências Genômicas e Biotecnologia da Universidade Católica de Brasília (UCB), Ruy de Araújo Caldas é mestre em Nutrição Mineral de Plantas pela Esalq/USP e doutor em Bioquímica Vegetal pela Ohio State University, nos Estados Unidos. Em 2013, foi nomeado secretário executivo da Rede Pró-Centro-Oeste, instituição que tem como foco a produção de conhecimentos científico e tecnológico e inovação na região.



Teresa Losada Valle

Pesquisadora do IAC desde 1983, Teresa Losada Valle é doutora em Genética e Melhoramento de Plantas pela Esalq/USP e dedica-se, atualmente, às pesquisas relacionadas a variedades de mandioca com maior teor de vitamina, produto que tem ajudado a melhorar a qualidade da alimentação de milhões de famílias em todo o Brasil. ■



2ª REUNIÃO CANAPLAN 2015

Reavaliação da safra 2015/16 e sombras para 2016/17 – região Centro-Sul

No dia 16 de outubro, a Canaplan realizou, no Centro de Convenções da Cana, em Ribeirão Preto-SP, a sua segunda reunião anual, onde apresentou a reavaliação da safra sucroalcooleira 2015/16 e as primeiras perspectivas para a safra 2016/17, da região Centro-Sul, com o apoio da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG).

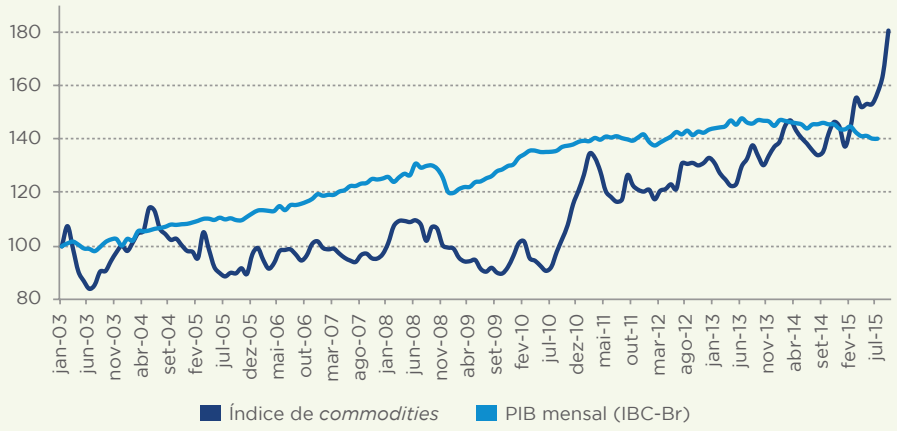
1º Painel: Cenário político e econômico

Sérgio Vale,
economista-chefe da MB Associados

Com a piora de alguns indicadores macroeconômicos importantes, a subida da taxa de juros pelo FED (Banco Central) nos Estados Unidos tem sido retardada. Esta decisão terá peso relevante para o Brasil, pois atrairá capital para os norte-americanos. Na Europa, a pressão dos imigrantes do continente africano e a crise da Volkswagen, com o desembolso de € 100 bilhões apenas com ações judiciais, são problemas em curso. Já na China, dados oficiais indicam uma desaceleração do PIB, que cresce 6%. Todo esse contexto não ajuda a melhorar a economia mundial.

No Brasil, a renda agropecuária em 2015 segue favorável, enquanto é interessante notar que o enfraquecimento do PIB do País não decorre da desaceleração dos preços internacionais das *commodities*. Em relação ao petróleo Brent, apesar da demanda continuar a crescer, os preços tiveram queda de US$ 88/barril para US$ 48/barril em um período de doze meses. Com isso, a Petrobras

EVOLUÇÃO EM ÍNDICE: PREÇOS DAS *COMMODITIES* MAIS RELEVANTES AO BRASIL E PIB



Elaboração: MB Associados
Fonte: BACEN

fica pressionada a aumentar os preços da gasolina no mercado doméstico.

Com uma avaliação do governo brasileiro (Datafolha) como ruim e péssimo de 71%, a situação de *status quo* pode aprofundar a recessão econômica, pressionar o câmbio e retardar a queda na taxa de juros. As expectativas são de crescimento do PIB de -3,0%, em 2015, e -1,4%, em 2016. A taxa de desemprego pode subir de 9% para 12% até maio de 2016, com consumo em forte desaceleração e investimentos sem sinais de retomada. Do lado positivo, espera-se melhoria efetiva da balança comercial, pelo efeito dólar, com um superávit de US$ 15 bilhões neste ano.

Alexandre Figliolino,
diretor do Itaú BBA

O cenário macroeconômico aponta maior endividamento para o setor sucroenergético. Isso deixará aproximadamente 20% das unidades industriais em situação de difícil recuperação. Assim, um processo de consolidação entre as empresas parece se aproximar. Por sua vez, o mercado dos produtos setoriais mostra o início de uma recuperação das margens para o final de 2015. Nessa situação, os caixas das empresas serão favorecidos caso se concretizem o aumento da alíquota da CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico) e o reajuste nos preços da gasolina para aliviar as contas da Petrobras.

2º Painel: Reavaliação da safra 2015/16 e sombras para 2016/17 – região Centro-Sul

Equipe Canaplan:
Luiz Carlos Corrêa Carvalho
Ricardo Inojosa Costa
Nilceu Piffer Cardozo
Ericson Marino

Luiz Carlos Corrêa Carvalho apresentou a quebra do ciclo positivo do setor em 2009, mudança desencadeada por diversos fatores. Internamente, houve o longo congelamento dos preços da gasolina e a redução da CIDE à alíquota zero em 2012. No cenário externo, os crescentes subsídios ao açúcar concedidos pelos governos da Tailândia e da Índia reduziram os preços do produto no mercado internacional. Luiz Carlos Carvalho ponderou, ainda, que as chuvas de outono e inverno de 2015, depois da seca de 2014, foram fundamentais para a recuperação da cana-de-açúcar nesta safra.

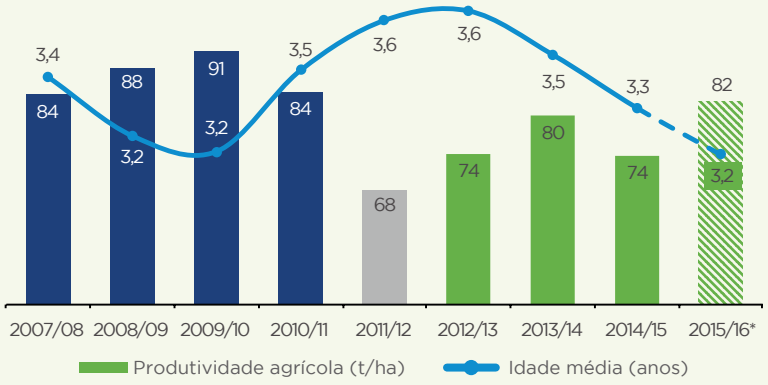
Ricardo Inojosa explicou a tendência de produtividade agrícola bem superior na safra 2015/16 ao que se deu na safra 2014/15, consequência

do apoio proporcionado pelo maior volume de canas mais jovens, em praticamente todas as regiões. A equipe da Canaplan mostrou preocupação com a elevada dispersão dos resultados relativos à eficiência no uso das colhedeiras de cana no Centro-Sul, bem como os impactos disso nos custos desse processo.

Nilceu Cardozo mostrou os balanços hídricos ocorridos nas safras 2014/15 e 2015/16, enfatizando a melhor disponibilidade hídrica de 2015, fato que mitigou os efeitos adversos do florescimento que ocorreram extensivamente nesta safra. Em relação ao fenômeno El Niño, a tendência, neste ano, é de primavera normal nas regiões situadas acima do estado do Paraná. Ericson Marino destacou o aumento do nível de impurezas vegetais e minerais levadas às usinas e os seus efeitos negativos, como a redução dos açúcares totais recuperáveis (ATR).

No fechamento do painel, Luiz Carlos Carvalho mostrou a importância da cana-planta no resultado da produtividade final das safras. A estimativa de moagem para a safra 2015/16 é de 610 milhões de toneladas. Com a redução da taxa de renovação dos canaviais em 2015, a safra 2016/17 poderá diminuir. O clima, a partir de agora, será extremamente importante para determinar a formação do canavial do próximo ano. A expectativa é de que a safra 2016/17 oferte 77 milhões de toneladas de ATR, podendo atingir o teto de 80 milhões de toneladas caso o clima seja favorável em 2016.

PRODUTIVIDADE AGRÍCOLA (T/HA) E IDADE MÉDIA DE COLHEITA (ANOS) – REGIÃO CENTRO-SUL



* Estimativa
Fonte: Canaplan

REGIÃO CENTRO-SUL: PROJEÇÕES PARA A SAFRA 2015/16

PRODUTO	Unidade	Safra 2015/16
Oferta de açúcares totais	Milhões de toneladas	80,2
Qualidade de cana-de-açúcar	Quilos de ATR/tonelada	131,7
Produtividade agroindustrial	Toneladas de ATR/hectare	10,8
Mix açúcar	Por cento	41,4
Mix etanol	Por cento	58,6
Açúcar	Milhões de toneladas VHP equivalentes	31,7
Etanol total	Bilhões de litros	27,6

Fonte: Canaplan

3º Painel: Debate sobre as projeções apresentadas pela Canaplan

Moderador: Júlio Marcos Campanhão (Agrocamp)
Debatedores: Cássio Paggiaro (Clealco), Edson Girondi (Alto Alegre), Mario Ortiz Gandini (Usina São Martinho), Nazareno Hilário Gonçalves (Usina Alta Mogiana) e Paulo Rodrigues (Condomínio Agrícola Santa Izabel)

Por meio de votação em tempo real, 50,5% da plateia concordaram com as projeções feitas pela Canaplan. O restante defendeu números de 1 a 2 milhões de toneladas abaixo ou acima do projetado. Os debatedores ratificaram as diferenças entre as regiões, todas com menor qualidade da cana e algumas, inclusive, com menor produtividade agrícola.

QUESTÃO: OPINIÃO SOBRE A ESTIMATIVA CANAPLAN EM ATR TOTAL

- Concordam: 50,5%;
- Discordam (até 1 milhão de toneladas a mais): 18,1%;
- Discordam (até 2 milhões de toneladas a mais): 6,7%;
- Discordam (até 1 milhão de toneladas a menos): 19,0%;
- Discordam (até 2 milhões de toneladas a menos): 5,7%.

4º Painel: Ganhando produtividade

Moderador: Luiz Carlos Corrêa Carvalho
Debatedores: Alan Borges (BASF), Plaucius Seixas (Bayer CropScience), Fábio Carvalho (DuPont), Gilberto Miniquiel (GAtec), Marcelo Borges Lopes (John Deere), Leonardo Salvador Pereira (Syngenta)

Por meio do mecanismo de voto instantâneo, questões foram apresentadas ao público, e os resultados nortearam as discussões. Cada debatedor pôde contribuir com seu comentário.

QUESTÃO: PRIORIDADE PARA MELHORAR A PRODUTIVIDADE AGROINDUSTRIAL DA CANA

- Controle de pragas: 10,6%;
- Controle de plantas daninhas: 1,1%;
- Sistema de planejamento e controle: 24,5%;
- Inibidor de florescimento e maturador: 1,1%;
- Mudas: 23,4%;
- Sistema de plantio: 24,5%;
- Sistema de colheita: 14,8%.

QUESTÃO: PRIORIDADE NA ATUAÇÃO DAS EMPRESAS DE INSUMOS MODERNOS

- Experimentos melhor acompanhados: 5,1%;
- Orientação para a obtenção de resultados: 32,3%;
- Análise econômico-financeira na decisão de compra: 62,6%.

QUESTÃO: BARREIRA PARA A AQUISIÇÃO DE INSUMO MODERNO

- Ausência de mecanismos de *barter*: 1,1%;
- Crédito restrito: 32,3%;
- Dúvidas sobre a eficácia do produto: 29,0%;
- Burocracia *versus* decisão: 24,7%;
- Desconhecimento sobre o produto: 12,9%.

5º Painel: Expectativas de mercado

Martin Todd,
analista da LMC International

Fez-se uma avaliação do mercado internacional, mostrando o impacto do câmbio nas economias setoriais e, no caso do açúcar, a realidade do enfraquecimento do real. A recuperação da competitividade do Brasil frente aos seus concorrentes, neste produto, é impressionante. O Brasil volta a ter os menores custos de produção no mundo.

No caso brasileiro, no entanto, há dois pontos a serem considerados:

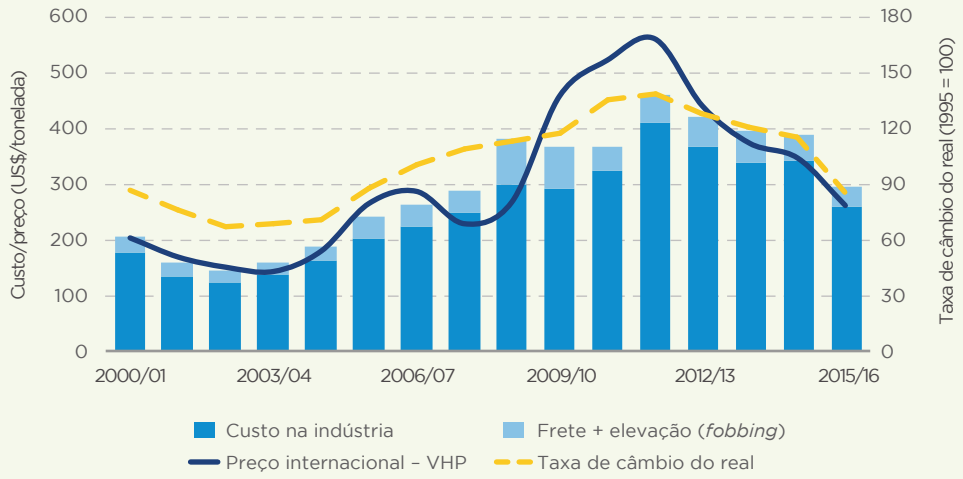
- Os preços do açúcar estão ligados aos da gasolina, via etanol;
- Outros governos defendem seus produtores via subsídios.

A despeito dos aspectos positivos apresentados, o Brasil canavieiro ainda se depara com dificuldades para expressar claramente as suas vantagens no mercado de açúcar. No etanol, os seus preços terão de subir internamente para absorver a inflação de custos. Já a produção em outros países terá de sofrer ajustamento. É bom lembrar que os custos de produção não representam o único determinante da competitividade, pelo fato de os governos adotarem políticas de defesa do setor.

Tarcilo Rodrigues,
diretor da Bioagência

A estimativa de oferta e demanda mundial para açúcar nos próximos três anos indica crescente déficit. Do lado do etanol, o aumento da participação de veículos *flex* sobre os veículos leves totais no Brasil, depois da queda registrada em 2011, chega a impressionantes 88%. O consumo mensal de etanol hidratado segue crescente no País. Este movimento teve o impacto da decisão do governo do estado de Minas Gerais sobre o ICMS, de redução para o etanol e aumento para a gasolina. Em 2015, o consumo do ciclo Otto deve aumentar 0,7% sobre o ano de 2014, sendo o crescimento do etanol de 9,3%, no hidratado, e 7,3%, no anidro. A projeção dos preços do etanol para a safra 2015/16 indica ascendência durante o período de entressafra. ■

CUSTO TOTAL DE PRODUÇÃO DE VHP NO BRASIL *VERSUS* PREÇOS E TAXA DE CÂMBIO



Fonte: LMC International



VOCÊ VÊ,

A ATENDIMENTO

VOCÊ CONFIA!

VOCÊ VÊ,

R RESULTADO

VOCÊ CONFIA!

agroceres 70 anos

VOCÊ VÊ,
VOCÊ CONFIA!

ATENDIMENTO:

Somente visitando e conhecendo a realidade de nossos clientes podemos contribuir com soluções para seus desafios. Nossa extensa rede de profissionais e representantes está capacitada e disponível para atendê-lo em todo o território nacional.

São 70 anos de conhecimento do agronegócio brasileiro que credenciam a Agroceres a oferecer atendimento personalizado e soluções tecnológicas adequadas à sua realidade, para que você possa produzir cada vez mais e melhor.

RESULTADO:

Nada nos gratifica mais do que ver o resultado do nosso empenho expresso no resultado de nosso cliente.

A Agroceres se orgulha por ter levado tecnologia ao campo e por ter contribuído com o agronegócio brasileiro em sua busca por produzir cada vez mais e melhor.

Empresas do Grupo Agroceres

www.agroceres.com.br

agroceres Multimix · agroceres PIC · biomatrix · Santa Helena Sementes · inaceres · Formicidas MIREX-S

A NAÇÃO DO CAFÉ TAMBÉM É A NAÇÃO DO CAFÉ SOLÚVEL

COM TECNOLOGIA de ponta e competitividade, as indústrias brasileiras de café solúvel possuem mais de vinte diferentes tipos de certificações socioambientais e de gestão de processos, proporcionam cerca de 5 mil empregos diretos e 12.500 empregos indiretos e têm capacidade de produção de 125 mil toneladas por ano. As sofisticadas tecnologias utilizadas na produção de café solúvel permitiram criar um parque industrial único no mundo, altamente eficiente e equipado com controle total da emissão de poluentes e alto grau de responsabilidade social e ambiental.

O café solúvel também tem papel de destaque no fantástico universo dos cafés do Brasil, da nação do café, em uma imensa cadeia produtiva que envolve mais de 300 mil cafeicultores. Processa anualmente cerca de 10% da produção brasileira de café, o equivalente a quase 5 milhões de sacas, e exporta para mais de



PEDRO GUIMARÃES, presidente da ABICS e do SINCS



ISTOCKPHOTO

NÚMEROS DO SETOR

O consumo de café solúvel no mundo cresce 3% ao ano, crescimento maior do que o do café torrado. Diante desse cenário, as indústrias brasileiras projetam expandir suas exportações em 50% nos próximos dez anos, aumentando o volume dos atuais 3,6 milhões de sacas de café para 5,4 milhões, gerando mais de US$ 1 bilhão em divisas para o País. Com isso, as indústrias fortificam sua presença nos mercados já tradicionais, conquistam novos mercados, proporcionam mais oportunidades para os produtores de café do País e levam o nome do café brasileiro cada vez mais pelo mundo.

Atualmente, um terço do café consumido no mundo é na forma de solúvel. É o mais claro exemplo de transformação de uma *commodity* em produto final colocado à disposição do consumidor, agregando valor, produzindo empregos, gerando impostos e proporcionando riquezas.

Foi o Brasil quem lançou o café solúvel para o mundo, por meio da criação, a partir dos anos 60, pelo então IBC – Instituto Brasileiro do Café –, de um programa de implantação de indústrias de solúvel. Desde então, o Brasil assumiu a liderança e nunca mais perdeu. Exporta o produto para mais de 130 países, representando um destino mais frequente do que o café verde em grãos, exportado para 97 países em 2014.

130 países, nos cinco continentes, gerando divisas anuais de US$ 700 milhões para o Brasil.

O parque industrial de café solúvel é o maior do mundo, estando instalado no País há mais de quarenta anos, e utiliza matérias-primas oriundas das diversas regiões produtoras do País: 80% são de cafés da variedade Conilon ou Robusta, vindos dos estados do Espírito Santo, de Rondônia e da Bahia; os outros 20% são de cafés da variedade Arábica, vindos de todos os estados produtores. Grãos que passam por rigorosos controles de qualidade antes de serem processados.

No exterior, o café solúvel brasileiro é determinante na abertura de novos mercados. Além do café solúvel tradicional, nas suas versões *spray dried*, *freeze dried* e extratos e concentrados, a indústria oferece uma gama de outros produtos, como extrato de café e derivados, que são produzidos e utilizados pelas indústrias alimentícia, química e farmacêutica.

A indústria do café solúvel conta com dois órgãos de representação: a ABICS – Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel – e o SINCS – Sindicato Nacional da Indústria de Café Solúvel –, que defendem e unem os interesses da classe, traçando políticas de interesse comum a suas indústrias associadas.

Quem poderia imaginar que os inventores de um produto criado para uso do exército americano na Segunda Guerra Mundial estariam, de fato, criando uma nova forma de consumo de café que se irradiaria por todos os cantos do Planeta? Sua forma facilitada de preparo conseguiu quebrar tradições e induzir o gosto pelo café nas mais diversas culturas, do hemisfério Sul ao Norte, do Ocidente ao Oriente.

São o cafezinho, o *cappuccino*, as misturas de café com leite e chocolate, as bebidas em pó à base de café, como as vendidas nas máquinas de autosserviço, e um sem número de produtos com aroma ou sabor de café que, a cada dia, vêm conquistando mais e mais consumidores no Brasil e no mundo. ■

ABICS

SINCS
Sindicato Nacional da Indústria de Café Solúvel

ANÁLISES LABORATORIAIS DE SOLO E FOLHA MELHORAM QUALIDADE DO CAFEEIRO

Cafeicultores do sul e do cerrado mineiros e do Vale do Rio Pardo buscam aprimorar resultados nas lavouras com o auxílio do Laboratório Dr. João Carlos Pedreira de Freitas da Cooxupé

CONHECER AS necessidades da lavoura para melhorar a qualidade da produção e auxiliar os cafeicultores nos tratos corretos da roça são os principais objetivos que levam os produtores da Cooperativa Regional de Cafeicultores em Guaxupé – situados no sul de Minas Gerais, no cerrado mineiro e no Vale do Rio Pardo (no estado de São Paulo) – a procurarem o respaldo da Química e encontrarem nos resultados de análises laboratoriais o caminho certeiro para a condução dos cafeeiros. Criado em 1982, o Laboratório Doutor João Carlos Pedreira de Freitas da Cooxupé registrou, nos últimos dez anos, a análise de mais de 367 mil amostras de diversos tipos, tanto de cooperados, quanto de terceiros.



Laboratório de análise: aliado para melhorar a qualidade da produção cafeeira

Além de analisar solo e plantas, os produtores recorrem ao Laboratório para as análises de fertilizantes minerais, orgânicos, organominerais e foliares; suplemento mineral, ração para animais; matérias-primas; silagem e água residuária de tanque de decantação. "A análise que gera maior demanda no Laboratório é a de solo, uma ferramenta bastante necessária para os produtores cooperados e que exige deles acompanhamento regular", explica o gerente do Laboratório, César Aparecido Alves.

Ao ter os resultados da análise em mãos, o cooperado consegue ter uma visão, segundo Alves, sobre os cuidados necessários para conseguir boa produção, gerenciando as quantidades corretas de insumos para a correção do solo. Nessa fase, o produtor conta, também, com técnicos e engenheiros agrônomos da Cooperativa para as tomadas de decisão. "A análise foliar também é uma ferramenta muito boa para o produtor, pois, por meio dela, ele conhecerá a relação fisiológica da planta e poderá ver quais nutrientes faltam para fazer a correção via foliar ou via solo também, fechando assim o processo de adubação do cafeeiro", complementa o gerente.

A COLETA

Ao coletar os materiais, os produtores da Cooxupé levam as amostras até os núcleos, as filiais ou as unidades avançadas correspondentes à área de atuação para serem encaminhadas para análise. A Cooperativa fornece gratuitamente as embalagens descontaminadas para a coleta das amostras. "A identificação é rigorosa. Nela, é preciso que constem os nomes do cooperado e de sua propriedade, seus municípios e os talhões amostrados. Para fins

de Pronaf, hoje, é exigido que o produtor coloque, na frente do nome da propriedade, a matrícula da fazenda, além de colocar o talhão total e o plantado em hectare", explica Alves.

O RESULTADO

Depois de dar entrada ao Laboratório, quatro dias são suficientes para a conclusão das análises e para a emissão do laudo. "O resultado é enviado ao núcleo de origem, aonde o cooperado tem a oportunidade de ir para retirá-lo e, também, conversar com os técnicos/agrônomos para que eles façam os cálculos de NC (necessidade de calagem) e para a adubação da lavoura", informa Alves.

Os laudos também são enviados aos cooperados por e-mail, além de serem disponibilizados no portal da cooperativa. "Em nosso site, eles têm acesso aos resultados de solo e folha desde 2012, podendo filtrar as informações necessárias. Nesta área, também disponibilizamos o laudo com assinatura digitalizada, contendo gráficos com pré-avaliação das análises. Mesmo assim, a assistência do técnico ou agrônomo é imprescindível", considera.

A recomendação aos cafeicultores é que as análises sejam feitas anualmente, para acompanhar o desempenho das lavouras sobre a absorção de nutrientes e outros tratos para garantir qualidade na colheita. Alves alerta que, em se tratando de lavoura, o interessante é trabalhar com a prevenção, e não com a correção, etapa que traz prejuízos ao cafeicultor. "Para ajudar o cooperado, a Cooxupé tem promovido campanhas de análise de solo – nos meses de abril e maio – e análise foliar – de dezembro a fevereiro –, com descontos e prazo para pagamento diferenciados", diz.

O presidente da Cooxupé, Carlos Alberto Paulino da Costa, afirma que é necessário que o produtor olhe as análises como um investimento, por elas terem fundamental contribuição contra o desperdício. "Assim é possível aplicar na lavoura os tipos e as quantidades necessárias dos insumos para que se tenha boas produção e colheita. É importante que os nossos cooperados façam as análises – principalmente a de solo e a foliar – para o fechamento da adubação. No caso das folhas, a deficiência pode até ser detectada por meio da coloração, mas tal confirmação e a quantificação para uma adubação correta são detectadas somente por meio das análises químicas", declara Carlos Paulino.

Por 26 anos seguidos, o Laboratório da Cooxupé conquistou o Conceito A concedido pela Sociedade Brasileira de Ciência do Solo (SBCS). ■



Análises de solo e folha garantem ao produtor gerenciamento mais eficiente nas lavouras

CONEXÕES PARA O FUTURO DO AGRONEGÓCIO

rede AgroServices
pelo desenvolvimento do agronegócio

Bayer inova ao lançar a Rede AgroServices, plataforma colaborativa que reúne diferentes públicos do setor.

COM UM conceito que enfatiza a importância da integração do agronegócio para a construção de um setor mais forte e um futuro com mais competências, a Bayer CropScience trouxe ao mercado a Rede AgroServices. A iniciativa busca fomentar discussões sobre o desenvolvimento da agricultura brasileira, compartilhando visões, somando conhecimentos e multiplicando possibilidades. Organizada em uma plataforma online de conteúdo interativo, a Rede tem o objetivo de criar sinergia entre os diversos elos da cadeia produtiva – indústria, agricultores, pesquisadores, distribuidores, cooperativas, fornecedores, estudantes, jornalistas, entre outros públicos estratégicos –, como fontes de informação sobre gestão, mercado e tecnologia.

"Decidimos unificar nossos programas de relacionamento em um conceito de rede a fim de conectar, ampliar e permitir a troca de informações. Com isso, veio a ideia da Rede AgroServices e de estender essa conexão. Reunir os diferentes atores do agronegócio possibilita a criação de uma força fundamental para o desenvolvimento do setor, e da ideia de Brasil como provedor de alimentos, fibras e energia, em vez de 'celeiro do mundo'. Com esse projeto, não falamos mais em cadeia, e sim em rede, conexões e infinitas possibilidades de relações e negócios", diz Ivan Moreno, diretor de Acesso ao Mercado da Bayer CropScience.

Ele ressalta, ainda, que essa integração cria um ambiente colaborativo propício para que os agricultores passem a ter negócios mais sólidos e menos vulneráveis. Isso é feito a partir da colaboração de todos os integrantes para o desenvolvimento de soluções inovadoras que podem surgir nos debates fomentados pela Rede. Outro ponto a destacar é a possibilidade de mudanças na forma como personagens importantes da cadeia produtiva são percebidos pelo setor. "Os distribuidores e as cooperativas, por exemplo, que são vistos como parceiros comerciais, passarão a ser parceiros de desenvolvimento de mercado. Assim como os consultores, que são percebidos apenas como especialistas em culturas, passarão a se posicionar como especialistas em agronegócios. No final, quem se beneficia são a atividade agrícola e os segmentos na qual ela tem influência", comenta Moreno.

Para isso, a empresa desenvolveu um portal interativo com notícias de campo, economia, legislação, tecnologia, mercado, culturas, iniciativas sustentáveis em cooperativas, *cases* de sucesso etc. O conteúdo será oferecido por meio de vídeos, textos e relatórios que proporcionem aos diferentes públicos poder de decisão para tornar seu trabalho ainda mais rentável.

"A interatividade é a peça-chave do portal Rede AgroServices, e, por isso, ela aparece em formato de rede social e fóruns com especialistas. Além disso,

oferece conteúdo para que a sociedade de uma forma geral possa saber mais e entender melhor a importância do agronegócio brasileiro e de seus atores, que geram oportunidades para o reconhecimento mundial do nosso País", esclarece o executivo, destacando que os serviços oferecidos pelos programas de relacionamento Bayer Agro Services (grandes produtores), Bayer Aproxima (produtores atendidos pela distribuição), Integração (cooperativas) e CPTI (prescritores) serão mantidos e ficarão alocados em páginas específicas acessadas por meio de *login* e senha. Em números, a Rede AgroServices integrará 450 grandes agricultores, 25 mil produtores de médio e pequeno portes, 60 produtores de Conhecimento, 320 produtores de Negócios, 100 produtores de Cooperação e 110 produtores de Serviços.

A proposta da empresa é trabalhar o conteúdo em cinco frentes, com possibilidades de conexão entre os temas:

• Relações institucionais – legalização, projetos relacionados aos âmbitos federal, municipal e estadual, CTNBio;

• Relações com a sociedade – nortear discussões, projetos para valorização com o produtor, notícias, eventos, vídeos, *posts*, filmes, programas específicos, serviços;

• Negócio sustentável – iniciativas que podem tornar o negócio do produtor perene, com foco em inovação e gestão de risco;

• Geração de negócios – plataforma de serviços, programas de relacionamentos, viagens técnicas, monitoramento de nematoides, estações meteorológicas e programas de pontos;

• Conhecimento – pesquisas, gestão financeira e informações técnicas.

De acordo com Rafael Villarroel, diretor de Operações de Negócios Brasil da Bayer, a Rede AgroServices é o início de uma visão integradora e inédita para o agronegócio. "A Bayer CropScience é uma empresa que está ao lado do agricultor em todas suas necessidades e acredita que a tecnologia pode levar o Brasil a altos patamares de produção de alimentos, energia e fibra. As conexões feitas nesta Rede certamente irão gerar competências necessárias para a evolução do setor. Significa que somos todos produtores de alimentos, de vida, de desenvolvimento e, principalmente, produtores do futuro".

Para conhecer mais a Rede AgroServices, acesse: www.redeagroservices.com.br. ■



IVAN MORENO, DIRETOR DE ACESSO AO MERCADO DA BAYER CROPSCIENCE

SABE O QUE ALGUMAS DAS MELHORES HISTÓRIAS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO TÊM EM COMUM? A GIG AJUDOU A ESCREVÊ-LAS.

A GIG não é uma agência de publicidade. Não é uma assessoria de imprensa. Não é uma consultoria de negócios. Não é um escritório de design. É uma reunião de todas essas inteligências. Há anos pesquisamos, estudamos e trabalhamos pelo setor que é o motor do desenvolvimento brasileiro – um dos líderes mundiais na produção de alimentos e na preservação do meio ambiente.

Com certeza, a GIG pode ajudar você a escrever uma história tão boa quanto as da Andef, Assocon, CitrusBR, Abiec, Única, BRF, Monsanto, AgroTools, Agroconsult e Grupo Roncador.

wearegig.com
contato@wearegig.com
+55 11 2308.8854



GIG
GLOBAL INTELLIGENCE GROUP

SP | RIO | LISBOA | BRUXELAS | LOS ANGELES | DUBAI

3º WORKSHOP RELAÇÃO MAIS PRODUTIVA AGRICULTURA & APICULTURA

Realizada nos dias 5 e 6 de novembro, em Campinas, a edição 2015 do evento foi organizada em formato diferenciado para apresentação de quatro tópicos, dentro do seguinte tema: "Relação Mais Produtiva Agricultura & Apicultura". Cada tópico foi abordado em um "painel de diálogo". A redação da ***Agroanalysis*** esteve presente e relata os destaques de cada moderador.

Colmeia Viva
0800 771 8000

Diálogo 1: Biodiversidade e Agricultura

MODERADORA
CLAUDIA INÊS DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC)

Segundo a FAO, 85% das plantas com flores das matas e florestas e 70% das culturas agrícolas dependem dos polinizadores. Existem, no mundo, mais de 20 mil espécies de abelhas responsáveis pela polinização e pela garantia da produtividade em diversas culturas agrícolas. Só no Brasil, são mais de 3 mil espécies.

Diálogo 2: Interação das Culturas Agrícolas e da Polinização por Abelhas

MEDIADOR
BRENO MAGALHÃES FREITAS (UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC)

Na manutenção da diversidade, os serviços ecossistêmicos são fundamentais. Aproximadamente 73% das espécies agrícolas cultivadas no mundo são polinizadas por abelhas.

Diálogo 3: Defensivos Agrícolas e sua Relação com a Agricultura e Apicultura

MEDIADOR
ROBERTA CORNÉLIO FERREIRA NOCELLI (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS – UFSCAR, *CAMPUS* ARARAS)

A produção de alimentos é importante para a sobrevivência da sociedade, mas é preciso entender esse contexto, com o envolvimento da Academia, dos apicultores, do setor de agrotóxicos e do Governo. Numa construção de mão dupla, expondo necessidades e assumindo responsabilidades, cabe buscarmos quais são o nosso alvo e o nosso objetivo.

Diálogo Final: Principais Conclusões e Desafios

DÉCIO GAZZONI (EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA)

O novo Código Florestal e o Programa de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta, junto com a produção de manuais de boas práticas entre as culturas e a apicultura, são propostas interessantes de políticas públicas.

SILVIA FAGNANI (SINDICATO NACIONAL DA INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA DEFESA VEGETAL – SINDIVEG)

Nos Workshops realizados nesses três anos desde 2013, sentimos uma evolução no caminho da maturidade. O Governo, a Indústria e a Academia estão mais perto de um trabalho integrado. Nesse sentido, em resumo, nossos esforços serão norteados por cinco princípios:

I. Complementaridade entre a tecnologia de defesa agrícola e a polinização realizada pelas abelhas;
II. Uso racional, correto e responsável dos defensivos agrícolas;
III. *One voice* com ações combinadas entre o SINDIVEG e o Grupo de Trabalho Integração Agricultura-Apicultura;
IV. Servirmos de estímulo em toda a cadeia produtiva, em que cada um reconheça a importância de suas ações;
V. Ações mais bem-sucedidas devem aliar o território comum entre defensivos agrícolas, agricultura e apicultura, bem como teoria e prática. ■

Conheça o Manifesto Integração Agricultura-Apicultura, criado pelo SINDIVEG, que registra o objetivo de estimular o diálogo entre os setores de Agricultura, Apicultura, Defensivos Agrícolas, Governo e Academia. O material estará disponível para download no site do SINDIVEG (www.sindiveg.org.br) em breve.

DESAFIOS DO MERCADO AMERICANO

IBIAPABA NETTO
Diretor executivo da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos (CitrusBR)

OS ÚLTIMOS dados divulgados sobre a citricultura da Flórida – segundo maior parque citrícola do mundo, atrás somente do Brasil – apontam a consolidação de problemas enfrentados na região, seja na ponta da oferta, seja na ponta do consumo.

De acordo com a consultoria Nielsen, as vendas totais de suco de laranja no varejo norte-americano registraram queda e chegaram ao menor patamar de consumo desde que esses dados começaram a ser copilados, em 2002. Essa é a tendência desse mercado: entre 2004 e 2014, o consumo em equivalentes de suco concentrado congelado (FCOJ) reduziu de 1.028 mil toneladas para 688 mil. ■

ESTADOS UNIDOS: VENDA DE SUCO DE LARANJA NO VAREJO
(DE 10 A 31 DE OUTUBRO)

SUCO	Volume[1]	Preço[2]	Receita[3]
FCOJ *			
2014	50,62	US$ 1,74	US$ 66,84
2015	49,10	US$ 1,32	US$ 62,82
NFC**			
2014	82,30	US$ 1,97	US$ 163,17
2015	80,90	US$ 2,01	US$ 163,51
Refrigerado***			
2014	133,05	US$ 1,72	US$ 230,00
2015	130,03	US$ 1,74	US$ 226,33
Total			
2014	139,10	US$ 1,70	US$ 238,29
2015	135,70	US$ 1,72	US$ 233,93

[1] Milhões de litros; [2] por litro; [3] milhões
* Reconstituído – feito a partir do suco congelado concentrado;
** suco processado não concentrado; *** soma do reconstituído
Fonte: Nielsen

QUEBRA NA COLHEITA DA FLÓRIDA

Já pelo lado da oferta de fruta, um relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) de novembro aponta uma estimativa de 74,0 milhões de caixas para a safra 2015/16 de laranja da Flórida. Este número representa uma redução de 24% em relação à safra anterior, de 96,8 milhões. Caso se confirme, será a menor colheita desde a safra 1963/64, quando se produziram 58,3 milhões de caixas.

Uma queda de produção dessa magnitude aumenta os custos industriais de processamento de suco, em vista das fábricas trabalharem com reduzida capacidade operacional. Estando os preços mais altos, o consumidor passa a pagar mais pelo produto e acaba migrando para outras bebidas; e, então, o círculo vicioso não é interrompido.

Embora a queda na produção possa ampliar as exportações brasileiras para aquele país, como já ocorreu no último ano-safra, os problemas americanos trazem mais desafios do que boas notícias para o Brasil. Portanto, é preciso cuidado antes de comemorar eventuais problemas que se abatam sobre os nossos concorrentes americanos. Afinal de contas, cautela e suco de laranja não fazem mal a ninguém.

DEFESA VEGETAL

O PERIGO MORA AO LADO

REGINA SUGAYAMA
Mestre e doutora em Biologia pelo Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (IB/USP)

UM FATOR que aumenta a probabilidade de entrada de uma praga, além de características intrínsecas colonizadoras, é a sua presença nos países da América do Sul, pelos intensos intercâmbio comercial e trânsito de pessoas – inclusive por meio terrestre – em nível regional. Embora as cargas de materiais vegetais estejam sujeitas a toda uma regulamentação fitossanitária e haja um serviço de vigilância internacional em pontos de fronteira, muitas espécies possuem mecanismos naturais de dispersão ou podem entrar auxiliadas pelo ser humano em veículos, vestuário ou outros produtos não agrícolas.

A partir dos dados do Observatório Pragas Sem Fronteiras, observa-se que existem pelo menos 72 espécies regulamentadas pelo Brasil como pragas quarentenárias ausentes de relevância para a soja, das quais pelo menos dezenove ocorrem na América do Sul. Os países com maior número de espécies são Argentina, Chile, Venezuela, Colômbia e Bolívia.

Para o algodão, há pelo menos 22 espécies regulamentadas pelo Brasil com presença nos países da América do Sul, principalmente na Argentina, no Chile e na Colômbia; elas representam 29% das pragas quarentenárias. Para o milho, há pelo menos 130 espécies que o Brasil regulamenta como pragas quarentenárias e que atacam a oleaginosa. Destas, pelo menos 22 espécies ocorrem na América do Sul. Os países com maior número de espécies são Argentina, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Em 2009, as autoridades fitossanitárias dos Estados Unidos detectaram, no sudeste do país, o percevejo *Megacopta cribraria*, da família *Plataspidae*. Com rápida expansão, a praga, hoje, alcança treze estados. A entrada não ocorreu por meio de material vegetal contaminado ou contêineres vindos da Ásia (local de origem da praga), e sim por meio de avião de passageiros. A espécie é sinantrópica, ou seja, habita residências e outras construções e tem alta fecundidade; seu principal hospedeiro de importância econômica é a soja, para a qual há registros de perdas de 30% a 50% na China.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pragas não reconhecem fronteiras políticas e são geneticamente programadas para ocupar novos ambientes, o que vem sendo facilitado pela atividade humana nas últimas décadas. A globalização de pragas é inevitável, e os países têm se preparado em maior ou menor grau para prevenir os eventos de invasão e combater focos quando detectados.

Novas pragas entrarão no Brasil, e os produtores devem engajar-se na detecção destes organismos; quanto mais cedo, maior será a probabilidade de sucesso e menor será o prejuízo econômico. Caso sejam identificadas pragas com morfologia e comportamentos diferentes – alimentando-se em plantas hospedeiras diferentes das usuais ou em épocas do ano atípicas, por exemplo – ou de difícil controle, deve-se buscar orientação de um profissional habilitado. ■

DIÁRIO DE BORDO

ATÉ QUANDO?

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

A MAIOR parte dos analistas acredita que a atual crise econômica brasileira é resultado da crise política. Esta, por sua vez, seria fruto da falta de lideranças reconhecidas, tanto no Executivo, quanto no Legislativo: aparentemente, muitos dos atores principais destes setores fundamentais do Estado brasileiro movem-se fortemente na direção da preservação de seus próprios interesses, pessoais ou partidários, inclusive quanto a cargos e poder. E isso se traduz em falta de confiança geral: ninguém confia em ninguém na área pública, e o setor privado confia pouco no Governo e no Parlamento. E, de quebra, surgem questionamentos sobre eventuais bate-bocas entre importantes figuras dos principais tribunais do País.

Se essa tese estiver correta, o nó da economia só será desatado quando se resolver a crise política, e esta não sai do lugar, por falta de legitimidade de comando e liderança.



A essas questões ainda se acresce todo o notável trabalho do juiz Sérgio Moro e sua equipe na apuração dos desvios do célebre processo Lava-Jato, que assombra o mundo político. Também não é menos importante o rebaixamento do nosso grau de investimento imposto pela Standard & Poor's.

Com tudo isso, o risco de perdermos mais uma oportunidade para a consolidação do agronegócio brasileiro no mercado global também cresce. Faltam investimentos.

O interesse de investir no Brasil, no entanto, não diminuiu. Fundos e investidores estrangeiros continuam de olho no nosso mercado interno e na nossa plataforma de exportação do agro. A desvalorização do real deixou o Brasil muito mais barato (e os brasileiros, especialmente os da classe média, muito mais pobres), de modo que os investimentos só não vêm em grande volume por causa do já célebre problema da falta de confiança no Governo e da incerteza quanto ao prazo de solução da crise política e econômica, o que vai adiando a nossa chance de desenvolvimento.

Isso nos leva a retomar o surrado tema da logística, o mais sério gargalo para o crescimento do agro brasileiro.

O bom Programa de Investimentos em Logística (PIL), anunciado pela presidente da República em 9 de junho passado, corre o risco de demorar para sair do papel.

Foram prometidos R$ 198,4 bilhões em investimentos, sendo R$ 69,2 bilhões (um terço do total) entre 2015 e 2018 e os restantes dois terços a partir de 2019 até 2025.

Os programas para 2015 já estão sacrificados em função da crise e do ajuste fiscal, e 2016 não sinaliza grandes melhorias. Com isso, já temos um atraso definido na parte menor do plano, o que não significa que todo o resto também vai atrasar. O plano todo terá R$ 66,1 bilhões para investir em rodovias, R$ 86,4 bilhões em ferrovias, R$ 37,4 bilhões em portos e R$ 8,8 bilhões em aeroportos. Seriam números excelentes se implementados.

Por outro lado, pouca gente acredita na construção de uma saída ferroviária pelo Pacífico, e a própria União Internacional de Ferrovias (UIC, na sigla em francês) considera inviável a Ferrovia Bioceânica, ligando o Atlântico e o Pacífico. Será mesmo?

Esse nó tem que ser desatado para melhorar nossa competitividade. Até porque, a própria Confederação Nacional do Transporte (CNT) acredita que 62% das nossas rodovias pavimentadas são ruins ou apenas regulares...

Até quando? ■

PRODUZIR

BILHÕES PARA A CONCORRÊNCIA

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

O ORDENAMENTO jurídico que envolve a aquisição de terras por estrangeiros e a participação de capital internacional em empresas brasileiras é um grande impasse no ambiente regulatório do Brasil e vem acarretando graves prejuízos ao agronegócio.

Originalmente, a aquisição de terras rurais por estrangeiros é regulada pela Lei nº 5.709/1971, que prevê restrições como limitações territoriais e necessidade de aprovação prévia pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

A promulgação da Constituição Federal, em 1988, revogou as restrições a pessoas jurídicas brasileiras das quais participavam, a qualquer título, estrangeiros pessoas físicas ou jurídicas que detivessem a maioria do seu capital social e residissem ou tivessem sede no exterior. A Advocacia-Geral da União (AGU) confirmou esse entendimento por meio de dois pareceres, em 1994 e 1998, que tornaram nulo o art. 1º da Lei anteriormente mencionada.

Estes pareceres deram, por muitos anos, segurança jurídica para os grupos estrangeiros investirem em projetos agropecuários no País, independentemente da origem de seu capital.

Em 2010, porém, a AGU deu nova interpretação à Lei nº 5.709, restringindo as restrições ao capital estrangeiro. Embora a nova interpretação tenha isentado as aquisições feitas entre 1994 e 2010, a falta do marco regulatório definitivo ainda causa enormes prejuízos ao País. Estima-se que, apenas no período entre 2011 e 2012, o agro brasileiro deixou de receber US$ 15 bilhões em investimentos.

AÇÃO DA RURAL

No início do ano, a Sociedade Rural Brasileira ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 342, que pede o reconhecimento da incompatibilidade entre a decisão da AGU e a Constituição Federal em relação aos dispositivos restritivos da Lei nº 5.709/1971, que dão tratamento diferenciado às empresas nacionais de capital estrangeiro.

Ao limitar as aquisições de terras por empresas nacionais de capital estrangeiro, a lei viola os preceitos da livre iniciativa, do desenvolvimento nacional, da igualdade, de propriedade e de livre associação. Além disso, dificulta, também, o financiamento da atividade agropecuária e diminui a liquidez dos ativos imobiliários.

Paralelamente à nossa ação no STF, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 4.059/2012, cujo objetivo é disciplinar, de uma vez por todas, a aquisição, o arrendamento e o cadastro de imóveis rurais de empresas brasileiras formadas por maioria de capital estrangeiro. O PL, segundo a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), está pronto para ser votado no Plenário.

Muito além de quaisquer razões técnicas, o caos jurídico sobre o assunto tem mais relação com as raízes ideológicas em torno do conceito de soberania do País do que outra motivação. É decisivamente importante mudar essa indefinição, a favor de um dos maiores setores produtivos do País. A soberania de uma nação está relacionada, sobretudo, à estabilidade da moeda e à segurança jurídica. Portanto, nada tem a ver com a terra. O resto é ideologia barata. ■



OPINIÃO

NOSSA SUSTENTÁVEL AGRICULTURA

ARNALDO JARDIM

Secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo e presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Agricultura (Conseagri)

O MUNDO se encontra na COP-21, e a grave realidade das mudanças climáticas, mais uma vez, exigirá medidas que sejam urgentes, muito claras e cumpridas por todos. Sem isso, nada se alterará.

Os diagnósticos também se repetirão e demostrarão a imprescindível necessidade de reduzir drasticamente a utilização dos combustíveis fósseis como base da matriz energética mundial e priorizar a energia renovável. Mais do que isso, há uma impetuosa urgência de rever padrões de consumo e de produção.

O Brasil está no cerne dessa discussão. Quando emergiu como grande centro de produção agropecuária, enfrentou campanhas internacionais que alertaram para o desenvolvimento agrícola brasileiro incompatível com a preservação ambiental.

Houve críticas ao desmatamento da Amazônia e à produção de biocombustíveis, alegando que estaríamos dizimando os biomas amazônico e do Pantanal. Demonstramos que era diferente. Nossa produção aumentou, o desmatamento diminuiu (temos a maior proporção de matas nativas – por território – dentre os maiores países produtores), e temos uma rigorosa legislação ambiental.



Nossa atividade agropecuária é sustentável e um exemplo de agricultura integrada com o meio ambiente.

De acordo com um estudo da UFRGS, as lavouras permanentes, de ciclo mais longo, as lavouras temporárias, de ciclo anual, e as florestas plantadas ocupam 77,4 milhões de hectares, ou seja, 9,7% das terras do País. Somando-se às atividades agropecuárias, este percentual sobe para 20,2% do território nacional utilizado. Somente 6% das terras cultivadas são irrigadas.

Temos a maior quantidade de pequenos e médios produtores. A agricultura familiar responde por 70% da produção de alimentos consumidos em todo o País.

Buscamos a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), assim como o Sistema de Plantio Direto (SPD), instrumentos para a recuperação de áreas de pastagens degradadas, para integrar e otimizar a produção.

Órgãos governamentais e ambientais e o setor produtivo têm se comprometido com a produção sustentável. Exemplo disso é o Protocolo Agroambiental do setor sucroenergético paulista, que elimina a queima da despalha do canavial, mecanizando adequadamente, processo este que já conta com a adesão de 90% da produção no estado.

Outras medidas são a implantação do Plano de Agricultura de Baixo Carbono (ABC), criado para estimular e planejar ações para adoção de tecnologias de produção sustentável, com o objetivo de reduzir a emissão de gases poluentes provenientes do setor agropecuário. Estamos próximos de lançar o Plano ABC paulista, mais um avanço do diálogo entre o setor produtivo e os órgãos governamentais.

Estamos utilizando todos os recursos disponíveis, como sistemas integrados de produção, recursos humanos altamente capacitados, assistência técnica, por meio da extensão rural, programas de recomposição de vegetação nativa, aliados a uma fiscalização eficiente, para fazer do Brasil um exemplo de agricultura sustentável.

O Brasil vem dando o exemplo de como produzir mais sem aumentar áreas plantadas e em sintonia com o meio ambiente. Os setores produtivos e o setor governamental de São Paulo caminham na mesma direção e devem se unir ainda mais, para que, assim, continuemos sendo a vanguarda mundial da agricultura sustentável. ■

REFLEXÃO

MUDANÇA

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Mas na profissão, além
de amar tem de saber.
E o saber leva tempo para crescer.

Rubem Alves

O AGRONEGÓCIO vive, diuturnamente, a volatilidade dos preços, dos balanços de oferta e procura, dos desequilíbrios e desentendimentos entre nações, da fúria do radicalismo ambiental, do clima e das transformações inevitáveis resultantes disso tudo e das rupturas tecnológicas. Cada um destes aspectos tem seu tempo, sua dinâmica. Mas, todos giram em torno das mudanças, que virão.

O agronegócio foi a âncora verde do Plano Real. Pagou um ônus pelo reequilíbrio do Brasil. Isso aconteceu também em planos anteriores. A consequência dos fatos amadureceu este setor, que se alimentou do sabor da liberdade e do mercado e se fortaleceu de forma definitiva. Muitos, no entanto, pereceram pelo caminho. A eles a nossa gratidão. Outros ainda sofrem e lutam para continuar, e, a estes, nosso respeito e apoio. Afinal, a balança comercial brasileira respira (ou seja, com o saldo acima de zero) graças ao agronegócio e aos milhares de brasileiros empregados nas diversas cadeias produtivas deste setor.

As características do agronegócio, no Brasil, são aumento contínuo de produtividade, com pequeno crescimento de área e substituição de culturas e tecnologia em campos menos produtivos. A intervenção ou o auxílio governamental são relativamente pequenos ou ínfimos quando comparados aos dos outros países. Crescer é resultado da mudança dentro de cada um, o que envolve riscos ao passar do comodismo ao relativamente ousado e desconhecido.

Falando em riscos, nada corre tantos riscos quanto a agricultura; nada sofre tanto com a falta de logística e de portos quanto o agronegócio brasileiro exportador. Mas, o setor busca a mudança, incessantemente. Não há acomodação, não há o desejo de destruir para crescer. Existe, sim, o respeito pelo meio ambiente, pela sociedade e pelo País.

Produzir, em ambiente de mudanças constantes, é elevar o risco a patamares por vezes insuportáveis. O Brasil das ruas, em 2015, pede mudanças políticas profundas. Em síntese, pede compromisso e respeito. Reclama das involuções, da lógica da manutenção do poder, e não da busca de melhoria, da evolução.

O agronegócio brasileiro tem mostrado virtudes, mas sempre sob pressão. Isso obriga a manutenção de um estado de alerta crítico e, principalmente, de assimilação de seus erros para mudar. Os investimentos em pesquisa, os suportes do Governo e da sociedade, a postura de aumentar o saber são, sem dúvida, o caminho que leva o Brasil ao mundo. Não é por acaso que o país do agronegócio é sempre lembrado, não somente pelo carnaval e pelo futebol. O que pode ser mais gratificante do que alimentar o mundo? Onde nos inserimos?

A educação e a comunicação são essenciais ao setor produtivo. Ao distanciamento do campo, num agressivo processo de urbanização, as raízes do agronegócio devem ser, sempre, lembradas. São as raízes do Brasil.

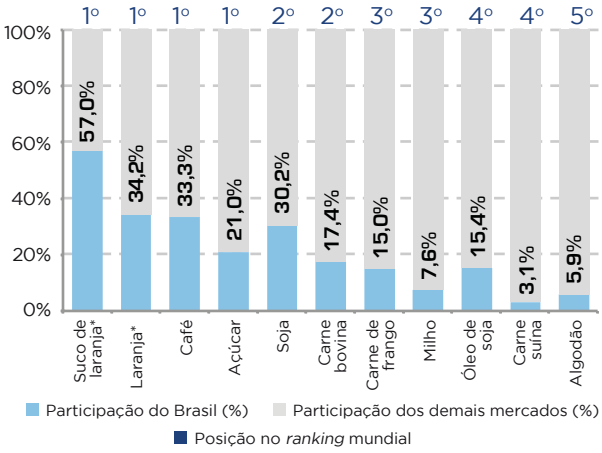
Se toda conquista começa com a decisão de tentar, toda mudança carrega o medo da perda de controle. De qualquer forma, vale relembrar Darwin, que cristalizou um pensamento de mudança: "não é o mais forte que sobrevive, nem o mais inteligente, mas o que melhor se adapta às mudanças".

Mudar é preciso! ■



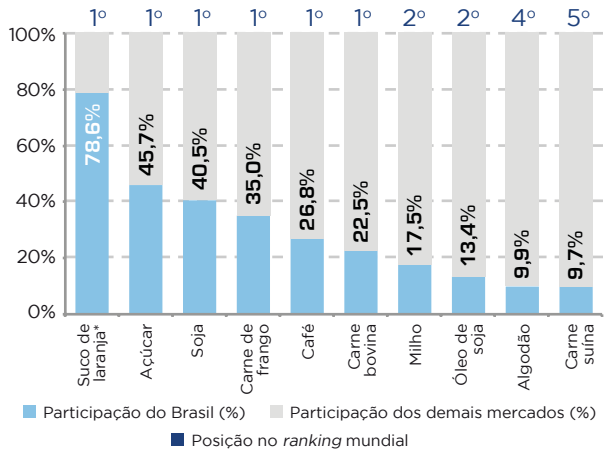
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



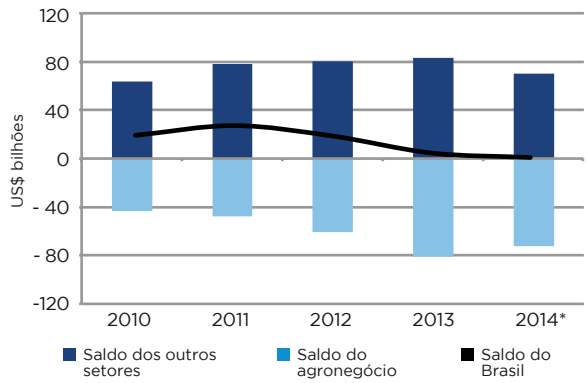
* 2013/14
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2014/15



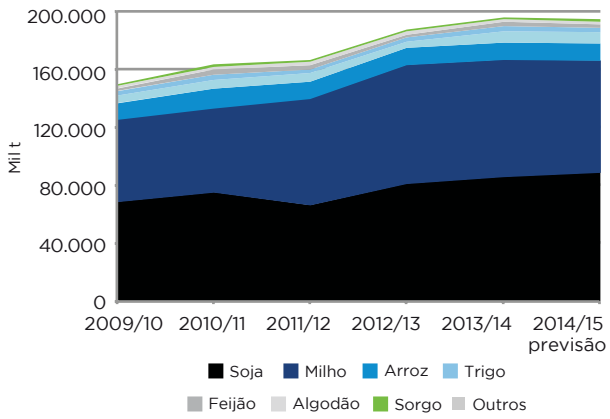
* 2013/14
Fonte: USDA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



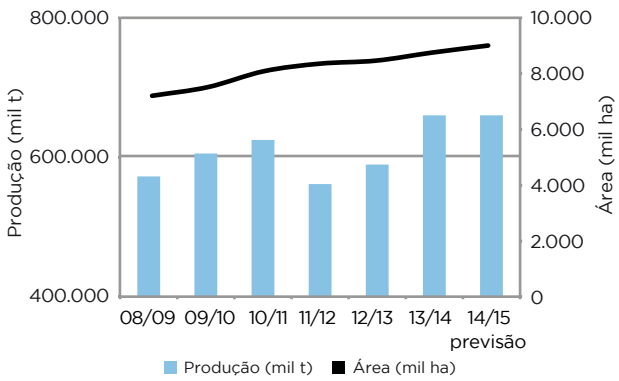
* Até outubro
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



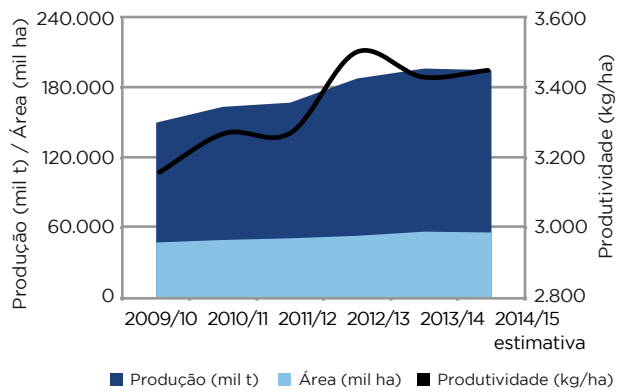
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



Fonte: Conab